



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº 0363/11	DATA: 29/04/2011
INÍCIO: 09h44min	TÉRMINO: 13h47min	DURAÇÃO: 04h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h02min	PÁGINAS: 79	QUARTOS: 49

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO GARCIA - Prefeito Municipal de Goiânia.
CLEUZA ASSUNÇÃO - Prefeita Municipal de Britânia, Estado de Goiás, Presidenta Estadual do PMDB Mulher.
FÁBIO TOKARSKI - Presidente Estadual do Pcdob.
CÉLIA VALADÃO - Vereadora.
ADÃO DA FEIRA - Presidente do PTN Nacional.
NELSON DIAS DA SILVA - Vereador pelo Córrego do Ouro.
HENRIQUE TIBÚRCIO - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.
WILLIAN MACHADO - Presidente do Democratas de Crixás.
PAULA BEIRO - Representante do Coletivo Nacional de Mulheres do PT.
ANTÔNIO SOUZA JUNIOR - Representante do SINDSAÚDE.
SÔNIA MARIA BARBOSA - Participante.
CARLOS NOBREZA - Representante do Município de Trindade, Goiás.
TALISMAR FERREIRA CORRÊA - Participante.
ÂNGELA CRISTINA - Educadora popular.
SÉRGIO SEVERO - Participante.
ELCIVAN GONÇALVES FRANÇA - Presidente do Conselho Municipal de Educação.
DJALMA ANTÔNIO VAZ DA COSTA - Odontólogo.
NARCISA ABREU CORDEIRO - Representante da Academia Feminina de Letras e Artes.
MAURÍLIO TEIXEIRA - Estudante de especialização em políticas públicas.
RUBENS DONIZETE - Presidente do PSTU.
FELIPE ROBSON - Presidente do Conselho de Associações de Bairros de Aparecida de Goiânia, Goiás.
CAIRO SALIM - Secretário de Políticas para a Juventude da Prefeitura de Goiânia - PMDB Jovem.
VICENTE HERCULANO COSTA - Representante do Diretório Municipal de Anápolis, Goiás.
JUCILENE PEREIRA BARROS - Presidente da Federação de Mulheres de Goiás - FEDIM.
SÓLON GARCEZ AMARAL - Participante.
PABLO HENRIQUE - Presidente da UNE e militante da Juventude do PMDB.
FELIPE NICKNIG - Representante da Assembleia Nacional de Estudantes - Livre, vinculada à CONLUTAS.
THIAGO BORGES - Vereador de Edeia.
AILMA MARIA DE OLIVEIRA - Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.
PAULO CÉSAR - Participante.
ENILSON DA SILVA - Presidente do PT em Planaltina de Goiás.
ITAMAR DA SILVA LIMA - Presidente do PT de Alexânia.
REINALDO ASSIS PANTALEÃO - Representante do Diretório Regional do PSOL.
JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR - Vice-Governador de Goiás.
ELIÉZER FERNANDES - Vereador.
DENÍCIO TRINDADE - Vereador.

SUMÁRIO: Debate sobre diversos aspectos atinentes à Reforma Política.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
A reunião não foi encerrada formalmente.



O SR. APRESENTADOR - Senhoras e senhores, bom dia.

Damos boas-vindas a todos que vieram para esta que é a primeira audiência pública de uma série de conferências regionais promovidas pela Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados.

Solicitamos aos Srs. Deputados, Vereadores e Presidentes de partido que tomem assento nas primeiras filas do auditório.

Convidamos para compor a Mesa e presidir esta audiência pública o Deputado Almeida Lima, do PMDB de Sergipe e

Presidente da Comissão Especial de Reforma Política; a Exma. Sra. Deputada Federal Íris de Araújo, que faz parte da Comissão de Reforma Política; o Exmo. Sr. José Eliton Júnior, Vice-Governador do Estado de Goiás; a Exma. Sra. Luiza Erundina, Deputada Federal do PSB de São Paulo e Coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular; o Exmo. Sr. Edinho Araújo, Deputado Federal do PMDB de São Paulo e 1º Vice-Presidente da Comissão Especial de Reforma Política; o Exmo. Sr. Rubens Otoni, Deputado Federal do PT de Goiás e Relator da Comissão de Reforma Política; o Exmo. Sr. Henrique Tibúrcio, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Goiás; o Vereador Denício Trindade, autor do requerimento de realização desta reunião e vai ocupar uma das cadeiras atrás da mesa dos trabalhos; o Deputado Federal Delegado Waldir; o Prefeito Márcio Cecílio, Presidente da Associação Goiana dos Municípios; o Deputado Federal Ronaldo Caiado, do DEM de Goiás; o Presidente da Câmara Municipal de Goiânia, o ex-Ministro Iram Saraiva, e o Exmo. Sr. Prefeito de Goiânia, Dr. Paulo Garcia. *(Palmas.)*

Convidamos a Vereadora Célia Valadão, Secretária de Assistência Social do Município de Goiânia, para entoar o Hino Nacional.

Convidamos todos a, de pé, ouvirem o Hino Nacional.

(É entoado o Hino Nacional. Palmas.)

O SR. APRESENTADOR - Convidamos ainda para compor a Mesa o Vereador Eliézer Fernandes, do DEM, e Presidente da União dos Vereadores de Goiás; e os Vereadores Fábio Tokarski, Paulinho Graus, Luiz Teófilo, Clécio Alves e Misair Lemes.



Convidamos também o Deputado Estadual Francisco Júnior, do PMDB; o Exmo. Sr. Osmarildo Alves de Souza, o Hildo do Candango, Deputado Estadual do PTB de Goiás; o Sr. Wagner Siqueira, Deputado Estadual do PMDB. *(Palmas.)*

Convidamos, por fim, a Deputada Federal Flávia Moraes, do PDT de Goiás.

Com a palavra o Presidente da Comissão Especial de Reforma Política, Deputado Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Bom dia a todos.

Minhas homenagens aos presentes e ao povo goiano.

É com imensa satisfação que, antes mesmo de fazer a abertura formal da nossa reunião, tenho a honra de passar a palavra à nobre Deputada Íris de Araújo para a sua manifestação de boas-vindas a todos os presentes.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Bom dia a todos os presentes.

Damos as boas-vindas ao Deputado Almeida Lima, Presidente da Comissão Especial da Reforma Política, e ao Prefeito Paulo Garcia aqui presente. Em nome de S.Exas. e do Presidente da Câmara de Vereadores, Iram Saraiva, cumprimentamos os componentes da Mesa.

Ressaltando a presença feminina, destacamos o trabalho dessa que é hoje dona de enorme respeito em todo o País e que se dispôs a comparecer a Goiânia para também nos prestigiar, a Deputada Luiza Erundina, ex-Prefeita de São Paulo. *(Palmas.)*

Senhoras e senhores presentes, o que torna este momento especial é a constatação de que, agora, há no Brasil o desejo de que essa reforma política realmente aconteça. Hoje, tanto na Câmara, quanto no Senado, ao contrário da Legislatura passada, há vontade de empreender mudanças, a despeito, é claro, das inúmeras e naturais divergências existentes.

Portanto, desta tribuna, reafirmamos a pregação que vimos fazendo ao longo de muito tempo, ainda na condição de Senadora, na luta para que essa reforma fosse, pelo menos, discutida, e com a esperança de que ela realmente aconteça no menor prazo possível.

A instalação das Comissões Especiais de Reforma Política do Senado e da Câmara já é um início promissor. Mas, de imediato, gostaríamos de fazer um alerta: as inúmeras propostas colocadas em debate não podem ser vistas como empecilho



para as futuras definições, mas como um desafio para que prevaleçam realmente as melhores propostas.

Importa agora estabelecer um roteiro factível que tenha ordenamento e prioridades sob a expectativa ideal, que seria a aplicação de novas medidas, se Deus quiser, lutando por isso já no pleito de 2012.

Goiás, representando a Região Centro-Oeste, é o primeiro Estado a receber a Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados. E por que a Comissão está aqui promovendo audiências públicas? Para que os Parlamentares que compõem a Comissão, sobretudo o Relator, o Deputado Henrique Fontana, aqui representado pelo Deputado Rubens Otoni, possam ouvir e sentir realmente o desejo da população.

E a reforma política pode, sim, acontecer ainda no próximo pleito, de 2012, mas a partir do momento em que a sociedade se mobilizar e pressionar, tal como fez com o Ficha Limpa, um projeto de iniciativa popular. Não podemos conviver, nem que seja por pouco tempo, com a situação de descrédito que vive o mundo político, uma situação que nivela todo mundo por baixo, sendo que, no Congresso Nacional, ilustre Presidente da OAB, Dr. Henrique Tibúrcio, há um número grande de Deputados que lutam pelo bem-estar da população de seu País e de seu Estado.

Portanto, talvez seja este o pontapé inicial de um grande e inadiável movimento político que já está denominado “Reforma Política Já”. (*Palmas.*)

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Exmo. Sr. Paulo Garcia, Prefeito de Goiânia; Exma. Deputada Íris de Araújo; Exmo. Sr. Vice-Governador de Goiás, José Eliton Júnior; Exmo. Sr. Vereador Iram Saraiva, Presidente da Câmara Municipal de Goiânia; Exma. Sra. Deputada Luiza Erundina; Exmo. Sr. Deputado Edinho Araújo, 1º Vice-Presidente da Comissão da Reforma Política; Exmo. Sr. Deputado Rubens Otoni; Exmo. Dr. Henrique Tibúrcio, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás; Sr. Vereador Denício Trindade, autor do requerimento de realização desta audiência; minhas senhoras e meus senhores; faço uma referência especial à Vereadora e Secretária de Assistência Social Célia Valadão (*palmas*), pela brilhante forma como cantou o Hino Nacional, que, por sua



vez, já nos deixa a todos emocionados e que, na belíssima voz de S.Exa., ficou ainda mais encantador.

Meu querido povo de Goiás, é uma satisfação, uma alegria estar aqui nesta recepção calorosa... *(Pausa.)*

Perdoem-me: não fiz referência ao Deputado Ronaldo Caiado. *(Palmas.)* Com as escusas devidas, peço ao Cerimonial que me complete a relação de convidados, por gentileza.

Como dizia, é uma alegria estar aqui nesta manhã, exatamente com o objetivo de abrir as conferências regionais que faremos no País inteiro, iniciando por Goiânia, e que objetivam, sobretudo, ouvir a população local para a colaboração necessária à proposta de reforma política para o País.

Não se trata de um desejo do Congresso Nacional. O Congresso Nacional, a meu ver, está apenas atendendo a um desejo do País, desejo este já manifestado várias e várias vezes. E entendemos, nós, Deputados Federais, que essa reforma não poderia ser proposta com a audiência apenas interna dos Congressistas.

Há necessidade da legitimação do processo democrático. Disse há pouco à imprensa, e repito, que está lá no art. 1º da Constituição Federal a definição de que o Brasil é uma República Federativa e constitui um Estado Democrático de Direito.

E democracia pressupõe, sobretudo, a vontade popular. O contrário é tirania, e o nosso País já vivenciou momentos de ditadura em que a vontade do povo não era respeitada e obedecida. Esse é o propósito.

Primeiro, há o clamor e o interesse da sociedade, mas essa proposta não poderia ser discutida apenas nos quadrantes do Congresso Nacional. E a Câmara dos Deputados, sobretudo, toma essa iniciativa, por entender que há aí o interesse maior, o interesse do povo. *(Palmas.)* E os agentes e atores políticos não são apenas os Senadores e Deputados Federais, mas também os Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Deputados Estaduais e Governadores, a classe política, os dirigentes dos partidos políticos, a sociedade civil organizada, os movimentos populares, enfim, todos.

Cumprido o objetivo de prestar um esclarecimento inicial e demonstrar a dimensão da proposta em exame, vou encerrar minhas palavras, pois o objetivo é ouvi-los.



E a nossa proposta, que se inicia no dia de hoje, aqui em Goiânia, neste instante, é ouvir o Brasil, é despertar mais ainda, no seio social, a discussão dos instrumentos que devem fortalecer a democracia. Em outras palavras, dos instrumentos que devem fortalecer, sem falácias, a concretização da vontade do povo.

Está lá no parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal:

“Art. 1º.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

É preciso que isso seja efetivado de forma verdadeira. Que os instrumentos da política, sobretudo do processo eleitoral, sejam os mais legítimos possíveis, porque a democracia que vivenciamos não é a direta, em que o povo diretamente manifesta a sua decisão nas questões de governo e de Estado. Salvo exceções de plebiscito, de referendo e de iniciativa popular, pouco usados, a nossa democracia é representativa, com os defeitos que todos conhecemos e que estamos discutindo. Portanto, se ela é representativa, que elejamos, que escolhamos, pelo menos, instrumentos que possam eliminar os defeitos, tornando-a cada vez mais legítima.

Minha saudação, minhas homenagens e meus agradecimentos a todos os presentes.

Passo a palavra ao Relator Rubens Otoni, do PT de Goiás, anfitrião, portanto.
(Palmas.)

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Bom dia a todos.

É motivo de honra e satisfação poder partilhar deste momento especial no debate nacional da reforma política, garantindo a participação popular e tendo a oportunidade de que isso tenha início aqui em Goiás.

Quero cumprimentar cada uma das lideranças que aqui estão — Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Secretários, lideranças comunitárias, lideranças sindicais, dirigentes partidários, Presidentes de partidos —, vindas dos mais diversos Municípios do Estado para partilhar conosco deste debate e deste momento.

A nossa saudação especial ao Vice-Governador José Eliton, representando o Governo do Estado, a representação da Assembleia Legislativa de Goiás, na pessoa



do Deputado Wagner Siqueira, e a Câmara Municipal que nos recepciona e que, mais uma vez, como Casa do povo, abre a possibilidade deste debate. Na pessoa do seu Presidente, Iram Saraiva, cumprimento todos os Vereadores desta Casa.

Cumprimento a organização social, as entidades que aqui também se fazem presentes, na pessoa do Presidente da OAB, Dr. Henrique Tibúrcio, e, por intermédio do Prefeito Paulo Garcia e do Presidente da Associação Goiana de Municípios, todas as lideranças políticas e Prefeitos do Estado aqui presentes.

Faço um cumprimento especial também aos Presidentes de partido, na pessoa do Vereador Fábio Tokarski — e este é um debate que interessa ao quadro partidário.

Do mesmo modo, faço uma saudação muito especial ao Presidente da Comissão Especial da Reforma Política, Deputado Almeida Lima, que, como ressaltou em seu depoimento, fez questão de iniciar este debate por Goiás. Deputado Almeida Lima, a nossa saudação, as nossas boas-vindas e os nossos cumprimentos pelo excelente trabalho que vem realizado à frente desta Comissão.

Com isso, cumprimento também o Deputado Edinho Araújo, Vice-Presidente da Comissão, que tem dividido os trabalhos com o Presidente Almeida Lima, com muita competência naquela Casa, e a Deputada Luiza Erundina, baluarte na discussão da reforma política, e não apenas nesta Legislatura. Fui testemunha disso quando tive a honra de partilhar de sua iniciativa, em 2004, de formação da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política com Participação Popular. Com certeza, se hoje estamos tendo esse tipo de oportunidade, é porque iniciativas e desafios como esses, que pareciam impossíveis acontecerem lá atrás se tornam realidade neste momento. Então, Deputada Luiza Erundina, uma saudação especial pela sua presença aqui em Goiás. *(Palmas.)*

Quero cumprimentar os Deputados de Goiás que partilham conosco desta discussão. Com certeza, outros Deputados não puderam participar em razão de suas agendas, mas destaco a participação importante da Deputada Íris de Araújo, responsável pela marcação desta audiência pública — S.Exa. é autora do requerimento que garantiu que tivéssemos esta audiência. *(Palmas.)*



Cumprimento a Deputada Flávia Morais, sempre participante e interessada no debate da reforma política — sou testemunha disso —, e também o Deputado Delegado Waldir, igualmente sempre preocupado em participar dessa discussão.

De maneira especial, cumprimento o Deputado Ronaldo Caiado, que tem grande acúmulo de trabalho e de contribuição em prol do debate da reforma política. Tive a oportunidade de testemunhar o importantíssimo trabalho que S.Exa. realizou em 2003, quando foi o Relator dessa matéria na Comissão Especial da Reforma Política — um trabalho que hoje é referência no debate nacional. Depois, tive a honra de ser também o Relator dessa matéria na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. E, hoje, estou partilhando com o Deputado Henrique Fontana, do Rio Grande do Sul, a Relatoria da matéria, tentando dar minha contribuição.

Quero dizer a cada um da importância do debate que estamos fazendo. A primeira coisa que temos de ter é a consciência de que a reforma política não é e não pode ser vista como um remédio para todos os males, como uma panaceia que, ao ser votada, vai resolver todos os problemas no País e do nosso sistema político. Isso seria enganar e criar um caminho para uma frustração amanhã. Nós temos hoje uma necessidade de fazer mudanças no nosso sistema eleitoral, mudanças no nosso sistema político, mas temos a consciência de que não temos concordância, não temos acordo, não temos consenso sobre todos os temas que são debatidos.

São inúmeros os temas que são debatidos dentro de uma reforma política, mas às vezes vejo pessoas falarem: *“Mas se não for possível fazer uma reforma política profunda, é melhor não fazê-la”*. Eu tenho incentivado um debate profundo para discutirmos todos os temas, mas entendendo que precisamos garantir avanços, até para não frustrar a expectativa da sociedade.

É por isso que é importante abrir o debate com a sociedade, como o Deputado Almeida Lima colocou muito bem. Uma coisa é fazer o debate na Câmara, apenas na Comissão, outra coisa é ouvir toda a sociedade e chegar ao ponto de equilíbrio, ao ponto de construir os consensos possíveis sobre temas que possamos avançar para garantir o fortalecimento da nossa democracia. Não queremos mudar apenas por mudar, nós queremos melhorar o nosso sistema político, o nosso



sistema eleitoral. Então, precisamos ver quais são os pontos que realmente favorecem.

A discussão sobre o financiamento público de campanha, o voto distrital, o voto distrital misto, a lista preordenada, o fim das coligações proporcionais, o voto obrigatório ou o voto facultativo, a questão da reeleição, a coincidência de mandatos, tudo isso apresenta-se em todo o País. Não apenas o debate do sistema eleitoral, mas da democratização. Estamos numa democracia representativa, mas queremos instrumentos de democracia participativa e instrumentos de democracia direta. Queremos fortalecer os referendos, os plebiscitos, abrir espaço para a iniciativa popular. Enfim, temos que discutir todos esses temas.

É por isso que estamos aqui, esperamos que, com a participação de toda a sociedade, possamos avançar. Estou convencido de que será possível ter sucesso na reforma política e avançar, na medida em que haja cada vez mais participação da sociedade, acompanhando o trabalho de Deputados e Senadores, mas mais do que isso, sugerindo, questionando, fiscalizando, apresentando sugestões para podermos avançar nesse debate tão importante.

Sejam muito bem-vindos. Boa participação nesta nossa audiência pública.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço pela manifestação ao nobre Deputado.

Peço permissão para passar a Presidência, por alguns poucos minutos, ao Deputado Vice-Presidente Edinho Araújo, que manifestará suas opiniões ao Plenário. S.Exa. conduzirá a Presidência, por 3 ou 4 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Bom dia a todos.

O Sr. Presidente me dá a honra de presidir esta audiência pública por alguns minutos e me concede também a palavra, porque eu estava inscrito, pela ordem.

A minha palavra, enquanto membro desta Comissão, é para saudar Goiás, saudar Goiânia. Goiânia é vanguardeira nas lutas democráticas. Não posso aqui deixar de lembrar do Movimento pelas Diretas Já, em 1983, e saudar todos os Deputados Federais por Goiás que honram esse Estado. (Palmas.)



Permitam-me que eu cumprimente a Deputada Íris de Araújo, autora da proposta na Comissão. Como foi dito, esta é a primeira audiência pública das regiões no País. Portanto, esta é uma reunião histórica que estamos realizando.

Quero saudar o grande Relator, Rubens Otoni, que substitui com competência o titular Henrique Fontana, que, devido a um problema, ao acidente com seu filho, não pôde estar presente; Ronaldo Caiado, essa grande voz do Parlamento brasileiro; o Deputado Delegado Waldir e a Deputada Flávia Moraes; as instituições presentes; o Vice-Governador José Eliton, que enriquece com sua presença a nossa reunião; o Prefeito da nossa cidade, o Paulo Garcia, a quem vou conceder a palavra em seguida; presidentes de entidades, especialmente da OAB; Presidente da Assembleia Legislativa; Vereadores; Deputados Estaduais; todos os presidentes de partido. Enfim, manifesto minha saudação à Mesa e a todos os senhores.

Nós precisamos dar uma dinâmica a esta reunião. Eu gostaria de dizer que este não é um tema simples. Se fosse simples, a reforma política já teria acontecido. Às vezes, vemos nos jornais que a Comissão do Senado votou determinado tema da reforma política. Na base, no Estado, pode-se fazer a seguinte colocação: *“Então já votou o fim da proporcionalidade; só vai ter um Senador.”*

Primeiramente, é preciso estabelecer que não há reforma política votada; há reforma política em discussão no Senado, por uma Comissão, que já tem o seu prazo encerrado. E temos esta Comissão na Câmara dos Deputados, cujos debates estão sendo feitos de forma democrática. Por isso nós estamos aqui.

Há a Deputada Luiza Erundina, Presidente da Frente Parlamentar, que também, ao lado de outros colegas, como o Deputado Ronaldo Caiado, luta há muitos anos pela reforma política. Cada um tem uma reforma na cabeça. Se perguntarmos a qualquer Presidente de Partido, a qualquer Vereador, a Deputado Estadual ou Federal, todos têm uma reforma. Agora, é preciso encontrar, como disse a Deputada Íris, um denominador comum, um ponto de consenso.

Eu estou na vida pública há 38 anos, já disputei 10 eleições — venci 9; fui Prefeito de uma cidade pequena, Santa Fé do Sul, no Estado de São Paulo; fui Deputado Estadual 3 vezes por São Paulo; fui Prefeito de São José do Rio Preto por 2 mandatos e estou no meu terceiro mandato como Deputado Federal.



Temos aqui diversos itens da reforma: sistema eleitoral, financiamento de campanha e partidário, processo eleitoral, unificação das eleições, pesquisa eleitoral, data da posse. Agora, eu tenho uma preocupação — sobre a qual nós precisamos aqui ouvi-los — que diz respeito à questão do financiamento de campanha. Isso é algo que incomoda profundamente todo candidato. Primeiro que as campanhas estão ficando cada vez mais caras. Está difícil hoje uma candidatura. É preciso ter o financiamento privado; pedir recurso para iniciativa privada, e depois vem a prestação de conta. Enfim, é uma luta, é uma dificuldade imensa que temos com a questão da reforma relativa ao financiamento de campanha.

Então, são temas polêmicos, sobre os quais queremos ouvi-los. Nós vimos aqui para ouvi-los.

Agora, eu gostaria, neste instante, de passar a palavra ao Prefeito, que tem um compromisso e vai precisar se retirar, para que possa deixar a sua saudação a todos os presentes.

Com a palavra o Prefeito de Goiânia, o Prefeito de vocês. *(Palmas.)*

O SR. PAULO GARCIA - Bom dia a todos.

É com muita alegria e com muita satisfação que saúdo pela presença o Vice-Governador do Estado de Goiás, Dr. José Eliton, nosso amigo pessoal, que, neste ato, representa S.Exa. o Governador do Estado, Marconi Perillo. Quero saudar também todos desta Comissão, de modo especial o seu Presidente, Deputado Almeida Lima, que muito nos honra ao promover esta atividade na nossa cidade, no nosso Município, principalmente porque somos sabedores do fato de se tratar esta audiência pública da primeira a ser realizada por esta Comissão País afora.

Agradeço ao Deputado Federal Edinho Araújo, 2º Vice-Presidente desta Comissão, que, neste momento, conduz os trabalhos. Saúdo também pela presença a Deputada Federal, Luiza Erundina, esse ícone da política nacional, uma mulher extremamente representativa, que tem uma história de vida política admirada por todos nós — muito obrigado por estar entre nós e por coordenar a Frente Parlamentar pela Reforma Política no nosso País.

Saúdo a minha amiga, a minha companheira de luta, promotora da iniciativa da realização desta audiência no nosso Município, Deputada Federal Íris de Araújo, Coordenadora da Comissão Especial da Reforma Política na Região Centro-Oeste.



Ao saudá-la, Dona Íris, quero saudar também os demais Deputados Federais goianos que aqui estão. Aliás, nós temos a satisfação, neste momento, de contar com 3 mulheres na bancada federal por Goiás. Isso é motivo de muita alegria (*palmas*), uma vez que elas, além de serem a maioria em nosso País, a cada dia assumem funções da maior importância. Eu tenho certeza de que as conduzirão de forma muito digna e de forma muito apropriada.

Saudando os Deputados Federais, quero agradecer ao Deputado Federal Rubens Otoni, que neste momento ocupa a relatoria da Comissão, meu companheiro de partido; e os Deputados Delegado Waldir, Ronaldo Caiado, meu colega médico, e Flávia Moraes. A Deputada Flávia Moraes tem sido sempre muito atenta às necessidades do nosso Município.

Aproveito este momento, permitam-me, já que não abordarei o assunto em tela, apenas farei uma saudação, para agradecer a toda a bancada federal, em especial os que aqui estão presentes, pelo esforço contínuo, coletivo, que têm promovido na busca de soluções para as demandas da comunidade goianiense. A cidade de Goiânia reconhece nos senhores e nas senhoras, legítimos representantes do nosso Município, e tem percebido o esforço cotidiano, o trabalho frequente na busca de resultados, para que possamos promover um ambiente mais saudável, mais fraterno, mais justo socialmente, ambientalmente correto, enfim, um ambiente em que a qualidade de vida seja o principal valor a ser perseguido por todos nós na nossa cidade. Agradeço, em nome da cidade de Goiânia, o trabalho da bancada federal.

Obrigado pela presença nesta atividade, Deputados Estaduais Wagner Siqueira; Francisco Vale Júnior; Daniel Vilela; Lívio Luciano, Isaura Lemos, Hildo do Candango. Faço um agradecimento muito especial aos Vereadores e Parlamentares desta Casa.

Ainda, quero saudar o Presidente da Câmara Municipal de Goiânia, o ex-Ministro Iram Saraiva, a quem agradeço pela condução dos trabalhos no Legislativo Municipal. Gostaria de dizer que é importante reconhecer a independência dos Poderes no Estado Democrático de Direito como o que vivemos, mas percebemos que o objetivo tanto do Executivo Municipal quanto o do Legislativo é o mesmo: é a busca do bem comum da nossa comunidade, da nossa população. E sabemos que o



seu esforço na condução dos trabalhos desta Casa tem trazido resultados extremamente profícuos para a nossa cidade.

Também quero saudar pela presença os demais Vereadores: Clécio Alves, Vice-Presidente desta Casa; Mizair Lemes; Luiz Teófilo; Denício Trindade, autor da propositura; Paulinho Graus; Célia Valadão, que, neste momento, ocupa a Secretaria Municipal de Assistência Social, para minha satisfação — belíssima cantora, como já foi ressaltado pelo Presidente desta Comissão; Joãozinho Guimarães; Eudes Vigor; e Fábio Tokarski, que, além de Vereador, preside também um partido que tem uma história de luta democrática no nosso País, o PCdoB.

Ao saudá-lo, Vereador Fábio Tokarski, sintam-se saudados os demais representantes partidários, presidentes, dirigentes partidários que aqui se encontram.

Quero saudar ainda o Dr. Henrique Tibúrcio, Presidente da OAB de Goiás, esse advogado de extrema qualificação e competência, que tem abrilhantado essa instituição, com a sua representação. Ao saudá-lo, saúdo as demais entidades que aqui se encontram.

Saúdo o meu colega Prefeito, Márcio Cecílio, Prefeito de São Miguel do Passa Quatro, Presidente da Associação Goiana dos Municípios; demais Prefeitos; Vereadores; Secretários Estaduais e Municipais; presidentes de entidades; líderes comunitários; imprensa; demais autoridades, companheiros e companheiras que aqui se encontram.

É para mim motivo de muita alegria, poder participar deste momento e agradecer a honraria que me foi concedida pelo Presidente da Comissão de fazer essa breve saudação.

Em nome da cidade de Goiânia, quero dizer que os acolhemos com muita alegria, com muita satisfação, porque temos a convicção de que esse tema, que está em tela e que será discutido por V.Exas. no transcorrer desta audiência, da maior relevância e importância para a Nação brasileira.

Reconhecemos, como disse o Deputado Federal Rubens Otoni, e somos sabedores, que essa não será a única reforma necessária e a solução definitiva para todas as demandas da Nação brasileira, mas acreditamos que uma reforma se faz



necessária e ela haverá de promover avanços que trarão a consolidação da democracia brasileira.

Nós entendemos que a necessidade de uma representação cada vez mais participativa, cada vez mais democrática, cada vez mais ampla se faz necessária e só se tornará possível com essa reforma política que o Congresso Nacional ora discute.

Sabemos que os senhores são conhecedores desse assunto, têm uma profunda verticalização na discussão desse tema. Estamos ansiosos por ouvi-los e participar também, com nossas humildes sugestões, mas evidentemente para ouvi-los, uma vez que sabemos que os senhores têm um conhecimento amplo da matéria e poderão nos adiantar qual a tratativa atual no Congresso Nacional de tema de tamanha relevância.

Diversos assuntos são discutidos. Eu, particularmente, imagino que o financiamento público de campanha, apesar de compreender as controvérsias e as posições contraditórias na abordagem dessa tese definitiva na reforma política, faz parte da discussão, mas imagino que será uma das formas para que possamos promover uma participação mais democrática de homens e mulheres pelo País afora, na busca da representação popular, da representação política popular. *(Palmas.)*

Quero dizer que Goiânia se sente honrada, que os acolhe com muita alegria e está à disposição para que, em outros momentos, se se fizer necessário, se essa discussão se prolongar. Temos a certeza de que o trabalho dos senhores Congressistas representará a vontade da Nação brasileira.

Muito obrigado a todos, que Deus ilumine o trabalho de todos nós, a fim de que possamos alcançar os nossos sonhos.

Muito obrigado e bom dia. *(Palmas.)*

Como foi ressaltado, os Deputados e Deputadas vieram de Brasília, e eu estou indo a Brasília. Não sei ainda, os senhores e senhoras devem saber mais do que eu como está a decisão final sobre recursos orçamentários, mas hoje estamos numa data limite. Eu havia marcado um compromisso, terei de ir a Brasília urgentemente. Os senhores sabem que a distância até lá é razoável, são quase 200 quilômetros. Por isso, vou pedir desculpas para me ausentar.



Enquanto os senhores trazem boas notícias, eu vou a Brasília em busca de boas notícias para a cidade de Goiânia.

Muito obrigado e bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Presidência agradece pela manifestação a V.Exa. De logo, atendendo à uma sugestão da nobre Deputada Íris de Araújo, a Presidência vai conceder a palavra a todos os Deputados Federais que aqui se encontram presentes, assim como ao Vice-Governador e ao Presidente da OAB. Viemos aqui para ouvir o povo de Goiás.

Eu pediria ao cerimonial, e quem sabe até mesmo à própria Deputada Íris de Araújo, para levar o microfone ao plenário para saber dos presentes quem deseja fazer uso da palavra por um tempo mínimo, para uma explanação ou até mesmo um questionamento a qualquer um dos senhores e senhoras que aqui se encontram.

Peço que a Deputada Íris de Araújo coordene esse trabalho daí.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Com muito prazer, Sr. Presidente, até porque a nossa intenção realmente é ouvir. Ouvei de V.Exa., quando vimos para cá, que a Comissão estaria à disposição o tempo necessário. Dessa forma, gostaria de fazer esse trabalho, no sentido de ouvir o público. Cada um que quiser, poderá expor o seu sentimento em relação à reforma política ou fazer perguntas, já que temos uma Mesa altamente qualificada para expor as suas opiniões. Eu gostaria de ouvi-los.

Fico feliz pela fila que se forma. Levante a mão quem quiser fazer perguntas. Presidente, é isso o que queremos. Estaremos aqui pelo tempo suficiente para que todos tenham respostas às perguntas.

O Presidente Almeida Lima concede um minuto a cada um.

Ao meu lado, Cleuza Assunção, Prefeita de Britânia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Apenas para que a taquigrafia faça o registro necessário, peço que a pessoa se identifique.

A SRA. CLEUZA ASSUNÇÃO - Sou Prefeita de Britânia, Presidenta Estadual do PMDB Mulher. Saúdo todos, de modo especial a Deputada Íris de Araújo, pela iniciativa. A reforma política é um tema difícil, sim, mas é urgente e necessária. (*Palmas.*)



Em relação ao financiamento de campanha, o Congresso precisa ter coragem. Sei que os senhores estão debatendo esse tema, mas é preciso ter coragem para tê-lo como prioridade, principalmente para dar mais igualdade a nós, mulheres, ao participarmos da política. (*Palmas.*)

Sentimo-nos totalmente desiguais nessa participação, porque a mulher não tem dinheiro. É mais difícil a mulher buscar dinheiro, até no mundo empresarial. Então, o tema é fundamental e necessário. Essa reforma política será urgente e necessária, mas com financiamento público de campanha e unificação das eleições. Ninguém aguenta mais eleição de 2 em 2 anos.

Financiamento público e unificação das eleições já!

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - A Prefeita tocou no assunto mulheres, e se o Presidente me permite, posso escolher alguém para responder a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É melhor ir passando a palavras, até porque me pareceu que não foi um questionamento, mas uma manifestação de vontade, de necessidade.

O SR. FÁBIO TOKARSKI - Bom dia a todos.

Sou Presidente Estadual do PCdoB, Partido Comunista do Brasil. Saúdo o Senador Almeida Lima, hoje Deputado, e todos membros da Mesa.

Amigos, como o tempo é restrito, vou direto ao assunto. Aliás, para contribuir, a minha opinião está expressa aqui: é preciso democracia no Brasil, é preciso ampliar a democracia.

Vou citar um exemplo: na Mesa temos 13 pessoas, 3 mulheres. Na Internet, o Censo 2010 publicou que o Brasil tinha, em 2001, 97 homens para 100 mulheres; agora, tem 96 para cada 100 mulheres. As mulheres são maioria no País. Por isso, como Parlamentar, entendo a necessidade de democratizar o processo político. (*Palmas.*) Como? Está aqui: financiamento público exclusivo. A fonte de corrupção no Brasil, hoje, é o financiamento privado. Segunda questão: voto em lista com alternância de gênero, Srs. Senadores, Srs. Deputados, garantindo o voto proporcional.



Senhores membros da Comissão, fui perseguido por 9 anos pelo SNI. Enfrentamos a ditadura como muitos aqui. No entanto, acho um abuso que agora se cometa um crime de se pensar num casuísmo de proibir coligações.

Reforma política para democratizar, não para impedir a liberdade dos partidos! Reforma política para ter mais democracia, e não reforma política para proibir a liberdade dos partidos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, seria a manifestação de alguém da Mesa ou continua?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Continua.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Vou continuar. Célia Valadão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Na verdade, não houve um questionamento, mas a exposição da manifestação de vontade. O Relator está aqui, todos estamos ouvindo.

A SRA. CÉLIA VALADÃO - Bom dia a todos, bom dia Sr. Presidente.

Antes de fazer a minha pergunta, quero cumprimentar a Deputada Federal Íris de Araújo pela iniciativa. Muito nos honra Goiânia ser o ponto de partida dessas audiências públicas. Com certeza, o Brasil ganhará muito com isso.

Desse tema reforma política, de todos os itens que são naturalmente postos para todos nós, um tem me deixado muito incomodada e preocupada: a lista fechada. De que maneira será estabelecido o critério ou os critérios para elaborar esta lista, uma vez que sabemos que em muitos partidos existem, sim, pessoas que lideram, que detêm todo o poder? De que maneira será estabelecido o critério para a formação dessa lista?

Há um ponto muito importante para nós mulheres. Já fui aqui contemplada pela manifestação da Prefeita de Britânia, Cleuza Assunção, também pela pergunta e pela manifestação do Vereador Fábio Tokarski. Então, eu gostaria de ressaltar minha preocupação com a questão da mulher. Nós temos espaço garantido para trazer número para uma legenda e reconhecemos que é importante, sim, mas queremos saber qual o critério que estabelecerá a condição da mulher nesta lista. Essa é a nossa maior preocupação. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Os Parlamentares e os demais integrantes da Mesa estão fazendo as anotações e, ao final, darão as explicações necessárias.

Passo a palavra à seguinte.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - A Vanússia vai falar.

A SRA. VANÚSSIA - Bom dia a todos.

Sou Presidente da Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais. Quero cumprimentar todos. Estou falando aqui como cidadã comum e como representante de um grupo também.

Eu achei interessante receber esta cartilha que traz certo esclarecimento para o cidadão comum. E aqui estou como eleitora comum, uma cidadã comum. Esta cartilha não deveria ser distribuída apenas aqui. As escolas, as universidades e outras áreas da sociedade precisam ter conhecimento com mais clareza do que é essa reforma política. Por mais esclarecimentos que tenhamos, ainda está um pouco confuso na cabeça da sociedade comum. Para quem faz parte da Comissão está muito mais do que claro. Agora, a sociedade comum tem de ser mais esclarecida, principalmente na mídia, na TV aberta.

Quero fazer duas observações sobre outro aspecto. E peço que alguém da mesa me responda. A primeira é sobre o financiamento exclusivo. Como isso vai impactar no bolso do eleitor? Dessa informação nós precisamos. Há um outro contexto que julgo importante: pelo que li na Internet, parece-me que a temática dessa reforma tem de ser fechada até o fim do semestre.

Então, eu gostaria de esse esclarecimento. Como cidadã, que nós tenhamos um esclarecimento mais amplo por meio da mídia, incluindo também a pessoa surda. Hoje, nós temos um grupo de surdos aqui que estão sendo contemplados com dois profissionais da área. No entanto, quando se vai para a mídia, não se tem nenhum intérprete ali fazendo seu papel, que é um direito do surdo, inclusive já proposto por decretos. A maioria dos senhores deve ter conhecimento disso.

Então, eu gostaria que os senhores me respondessem quanto a esse aspecto e atentassem também para esse grupo social que não tem acesso à comunicação.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, prossegue aqui na fila ou alguém responde?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, pode ir passando. Não percamos tempo. Vamos ouvir as pessoas.

O SR. ADÃO DA FEIRA - Bom dia a todos. Sou Presidente do Partido Trabalhista Nacional. Quero fazer um questionamento à Mesa.

Cumprimento o Sr. Fábio Tokarski pelo seu pronunciamento, que retrata o que nós pensamos que deve acontecer na reforma política. Não adianta fazer uma reforma política e o pessoal da fiscalização não criar um espaço maior e uma oportunidade para que se faça a fiscalização. Estamos cansados de leis que deveriam funcionar e não funcionam. Aparece um cidadão milionário não sei de onde, que nunca prestou nenhum tipo de serviço na sociedade, e no outro dia está na Assembleia Legislativa ou se torna Deputado Federal ou Senador da República. *(Palmas.)*

Nós precisamos que os nossos políticos tenham vergonha na cara, de mostrar que a sociedade está à margem da política faz muito tempo, porque quem faz a política neste País é a tradição familiar ou a tradição financeira, e a sociedade não é bem representada nem no Poder Legislativo Municipal nem no Estadual nem no Federal.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

O SR. NELSON DIAS DA SILVA - Sou Vereador pelo Córrego do Ouro. Estou no quarto mandato. Só não vou ficar com vergonha de contar quando comecei, que foi em 1972, porque alguém já falou coisa semelhante. Não vou cumprimentar a Mesa para ganhar tempo nos questionamentos.

Espero que pelo menos saia uma reforma que respeite o que é de mais importante na política, que é o próprio povo. Nessa reforma é preciso que o próprio povo — e nós fazemos parte do povo, porque na política nós não somos, nós estamos — seja respeitado, que a primeira fiscalização seja feita pelo próprio partido. É comum ouvirmos críticas a todos os partidos, mas o próprio partido não fiscaliza os seus integrantes. É necessário que o partido faça a primeira fiscalização, faça as primeiras sugestões, dê os primeiros conselhos e que tenha coragem, se preciso for, de punir, mesmo que o cidadão tenha mandato, que seja cassada a sua filiação e que ele perca o mandato, até mesmo do Executivo, porque quase todos os



partidos gostam muito do Executivo, que é onde há dinheiro. Então, é necessário que o respeito seja estendido a todos, para que, no momento certo, a população seja respeitada com o seu dinheiro, com os seus representantes. O povo precisa e merece mais respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a sua participação.

Deputada Íris de Araújo, eu peço apenas compreensão por um instante, diante da necessidade do Presidente da OAB de se retirar por um outro compromisso. Nós vamos continuar ouvindo todos, mas quero convidar o Dr. Henrique Tibúrcio, Presidente da OAB, para fazer uso da palavra. Logo a seguir, nós retornaremos ao Plenário. Este é o nosso objetivo e vamos fazendo essa intercalação.

O SR. HENRIQUE TIBÚRCIO - Muito obrigado, nobre Deputado Almeida Lima. Eu vou ser bastante breve, mas não queria me ausentar sem realmente fazer essa manifestação do interesse da Ordem sobre um tema tão relevante quanto este.

Eu me permito não nominar as autoridades da Mesa, já foi feito isso, mas quero ressaltar também a importância desse debate. A reforma política é algo que já deveria ter acontecido, precisa acontecer e ainda há tempo para que ocorra. Quiçá para as próximas eleições nós já tenhamos um modelo diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a devida compreensão, eu peço ao Plenário um pouco de silêncio para ouvir o orador.

O SR. HENRIQUE TIBÚRCIO - Muito obrigado, Deputado.

Essa reforma precisa vir já para as próximas eleições. É preciso, sim. A Deputada Íris Araújo foi muito feliz quando afirmou do descrédito por que passa a classe política deste País. Mas esse resgate passa necessariamente por essa reforma, que tem de contemplar, entendo eu, entende a Ordem dos Advogados do Brasil, alguns pontos cruciais. Se avançarmos nesses, nós estaremos com um caminho já bastante bem trilhado. O deles é o financiamento público da campanha. Isso é hoje imperioso. Não há possibilidade de que tenhamos essa promiscuidade de relação da iniciativa privada com a classe política. Indistintamente, nós temos visto essa iniciativa privada financiar a campanha de todos os candidatos, sobretudo nas eleições majoritárias. Evidentemente que há algo e há um interesse nessa troca



de gentilezas entre o público e o privado. Isso precisa acabar, e me parece que o financiamento público é o caminho mais coerente para que isso ocorra, até porque nós não temos condição de conviver, por exemplo, com eleições em que há 600, 700 candidatos tendo de ter fiscalizadas as suas contas. A fiscalização dessas contas precisa ser feitas pelos partidos.

Parece-me também um ponto importantíssimo da reforma o fortalecimento dos partidos. A forma como isso vai acontecer é que é grande o objeto dessa discussão: se nós trataremos de lista fechada, de voto distrital. Não há, confesso, ainda, uma posição definida no âmbito da própria Ordem dos Advogados, como tenho certeza dentro do Congresso Nacional. Ainda não há.

Esse também é um tema importantíssimo que nós precisamos discutir, até porque diminuí os próprios custos dessa campanha, aliado ao financiamento público delas.

Portanto, tenham em nós, na OAB, uma parceria importante no que tange à defesa de boas iniciativas que visem efetivamente a reforma política e que não seja algo que temos certeza de que precisa ser enfrentado, mas que não seja algo só no momento em que o discurso se apresenta oportuno, que essa reforma efetivamente precisa acontecer.

E, como me comprometi com a Deputada Flávia Morais, é preciso também, porque essa é uma bandeira que nós defendemos, que se criem os mecanismos para se aumentar a participação feminina nos partidos e na representação popular. *(Palmas.)*

É bem certo que ações afirmativas dessa natureza precisam acontecer, ainda que paradoxalmente elas possam ferir o princípio da igualdade. Não é verdade. Quanto mais nós incentivarmos, até que nós tenhamos a equiparação das oportunidades, isso precisa acontecer.

No mais, eu quero enaltecê-los e agradecê-los pela presença da Comissão aqui no Estado de Goiás. A Ordem dos Advogados está participando, está discutindo esse assunto internamente, está acompanhando com muita proximidade.

Parabéns, Deputada Íris de Araújo, pela capitaneação, vamos dizer assim, dessa campanha aqui no Estado de Goiás, aos Vereadores, que também contribuíram para que essa discussão ocorresse aqui hoje.



Muito obrigado. Desculpem-me por ter de me ausentar, mas é imperiosa a minha participação em outro evento importantíssimo ainda hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Meu agradecimento ao colega advogado, Presidente da OAB, Henrique Tibúrcio.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. HENRIQUE TIBÚRCIO - Da minha parte. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tenha a certeza de que V.Sa. poderá fazer a referência e nós a anotaremos e passaremos para o Presidente da OAB.

Deputada Íris, passe adiante.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Dando continuidade, eu gostaria de pedir à platéia que permanecesse aqui. Estou vendo que o tema está chamando a atenção, até porque ele já está na cabeça das pessoas. Isso para nós é muito importante, para a Comissão, tudo isso que está sendo dito, e para a consideração de vocês também que estão aí.

Próximo orador.

O SR. WILLIAN MACHADO - Sou Presidente do Democratas de Crixás.

Eu gostaria de dizer que me sinto bastante à vontade por estar já aqui, porque o nosso partido, tanto no âmbito regional como nacional, sempre defendeu a reforma política. Nós, acompanhando nosso Líder maior, Deputado Ronaldo Caiado, estamos coesos, defendendo o voto em lista fechada e também o financiamento público de campanha.

Quero perguntar ao Presidente da Comissão se há tempo ainda de votar essa reforma para as eleições de 2012, porque temos 26 Estados da Federação para serem ouvidos. Nós temos menos de 60 dias. A reforma tem de ser votada um ano antes das eleições.

Indago se há possibilidade de essa reforma ser votada já para o ano de 2012, como ressaltou a Deputada Íris e outros Parlamentares que me antecederam falaram sobre a importância disso.



Nosso partido, o Democratas de Goiás, presidido por esse grande Deputado, também está empenhado na lista fechada e no financiamento público de campanha.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Tem a palavra a próxima oradora.

PARTICIPANTE - Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa por meio do Deputado Rubens Otoni e a Deputada Íris de Araújo pela iniciativa, por nos proporcionar esse debate em Goiânia.

Como Presidente da Central Única dos Trabalhadores em Goiás, aproveito este momento para expressar a preocupação da classe trabalhadora com mais ocupação de espaço e representação também no mundo partidário. Nós precisamos garantir condições de representação do nosso segmento no Parlamento e também no Executivo. Da forma como está, apenas quem é muito rico, empresário endinheirado ou preso a algum segmento consegue chegar lá. Os que não têm dinheiro não conseguem. (*Palmas.*) Mais que nunca, precisamos de condições para isso e, por esse motivo, defendemos o financiamento público de campanha.

Queremos garantir mais representatividade das mulheres. Sabemos que a definição da cota em 30% já foi um passo, mas queremos dar outro. Queremos avançar mais ainda. Queremos não apenas a obrigação de representação das mulheres lá, mas chamar as mulheres para participarem dos partidos. Não basta só representar e ter o nome, é preciso qualidade e envolvimento no setor, em cada participação. Nós precisamos envolver mais as mulheres nesse sentido.

Queremos também fortalecimento dos partidos com o fim de siglas de aluguel, o que hoje é uma vergonha. Cria-se partido como se criam igrejas nas esquinas e por aí fora. (*Palmas.*) Precisamos fortalecer os partidos para garantir identidade ideológica e condições de representação efetiva de cada segmento, especialmente da classe trabalhadora.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próxima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Por gentileza, peço um pouco mais de silêncio a todos e, ao orador, que declare o nome completo e a entidade que acaso represente. Estamos gravando, e a Taquigrafia da Câmara dos Deputados está fazendo o apanhamento das palavras.

A SRA. PAULA BEIRO - Sou do Coletivo Nacional de Mulheres do PT e também Secretária de Organização do PT de Goiânia.



A proposta das mulheres do PT em relação à reforma política vai além da lista alternada de gênero. Nós queremos ousar e sabemos que pode não sair a reforma dos nossos sonhos, mas entendemos que o momento de sonhar é agora, neste momento em que a população está sendo consultada e tem de responder aos nossos Deputados e Deputadas.

Portanto, queremos alternância de gênero de 50%. Queremos a paridade na lista, por sermos maioria do eleitorado e maioria da população. Podemos não conseguir chegar lá, mas este é o nosso sonho: alternância e 50%.

Paridade já!

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

O SR. ANTÔNIO SOUZA JÚNIOR - Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa por meio do Deputado Rubens Otoni.

Sou do SINDSAÚDE e do Conselho Fiscal. Sou deficiente físico auditivo e acredito que a nossa riqueza é essa que vocês estão vendo.

Agradeço também ao Deputado Ronaldo Caiado; ao Sr. José Eliton.

Sou militante do PT e penso que, sem tolerância, não vamos crescer. Passamos por esse momento de Páscoa, e Jesus veio para todos. Essa reforma política, mesmo se não conseguirmos em 2012... Vou querer tempo, Deputada. A senhora me desculpe. Temos de ser tolerantes. O Brasil é grande, tem 27 Estados, mas o brasileiro tem de amar mais este País. O Hino é lindo, mas a Nação é mais bela.

Este País belo foi construído por vários brasileiros. E eu penso que a mulher merece mais espaço (*palmas*), mas é necessário... Pessoal, dê um tempo a este deficiente falar, pelo amor de Deus! Eu estudei, mas não sou melhor do que ninguém. É necessário que nós entendamos o outro na sua diferença.

Ronaldo Caiado, que estava aqui, foi um grande lutador. E aqui estão também Rubens Otoni, Erundina e Flávia. Vocês, mulheres, querem mais espaço. Vamos ter paciência, porque o mundo não foi feito só num dia. É preciso compreender que vocês vão conseguir mais espaço. Vocês, mulheres.



A democracia representativa se faz necessária, mas, mesmo na Grécia, ela não foi conseguida de forma ampla, real e irrestrita. Vamos compreender que se trata de um processo de construção e é conflituoso.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço pela manifestação ao último orador.

A senhora pode se identificar, por favor.

A SRA. SÔNIA MARIA BARBOSA - Meu nome é Sônia Maria Barbosa.

Eu gostaria de pedir a igualdade de 50% para as mulheres, mas o respeito também às mulheres, às crianças e aos deficientes. Nós queremos respeito, mas não respeitamos ninguém. Então, limite e respeito.

Agora, e a corrupção, como vai ficar? Que garantia vamos ter de que não vai mais haver corrupção? E o abuso do salário de Deputados e Senadores? É um abuso! O nosso salário não foi abusado, mas o de vocês foi! (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

O SR. CARLOS NOBREZA - Boa tarde.

O meu nome é Carlos Nobreza, do Município de Trindade.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Flávia Morais.

A minha pergunta é para o Dr. Eliton: o voto em lista fechada não seria um retrocesso, porque no primeiro lugar da lista estaria o presidente do partido, em segundo lugar estaria sua esposa, em terceiro lugar estariam Deputados e Vereadores, em quarto lugar estariam os membros do partido, os outros seriam os financiadores de campanha e, por último, aqueles que realmente querem ser candidatos? (*Muito bem! Palmas.*)

A minha pergunta é se a lista fechada não vai simplesmente colocar os caciques dos partidos no Congresso Nacional, nas Câmaras e nas Assembleias Legislativas. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Obrigada.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu quero dizer ao Plenário que a Mesa, sobretudo a Presidência da Comissão, que vos fala neste instante, está muito à vontade, tranquila, para ouvir o povo de Goiás. (*palmas*) Fiquem tranquilos.



Não há nenhum constrangimento por parte da Presidência. Tratem de qualquer assunto. Se nós estamos aqui é porque viemos dispostos a ouvir. Não há constrangimento algum. Nós queremos a manifestação do Plenário. O contrário não é democracia.

Portanto, vamos ouvir os seguintes. Fiquem à vontade.

O SR. TALISMAR FERREIRA CORRÊA - Boa tarde a todos vocês.

Parabéns, Deputado Almeida Lima!

Agradeço a oportunidade à Deputada Íris de Araújo.

Meu ilustre companheiro, Iram Saraiva, parabéns!

Agradeço a esta Casa e cumprimento todos os Vereadores e a Vereadora Célia Valadão, por intermédio da qual cumprimento todas as Vereadoras.

Ilustre Deputado Ronaldo Caiado, que se faz presente, muito obrigado também por esta oportunidade.

Deputado Almeida Lima, isso é justo e faz jus desta forma. O debate é sagrado. Ele complementa todos os ideais e as proposituras do que a sociedade almeja.

Eu tenho certeza de que cada um de vocês gostaria de fazer a sua manifestação. Se não puder fazer neste momento, faça pela Internet, faça pelos meios de comunicação que têm. Mas é necessário que o façam, porque o confronto da ideologia e do debate traz mesmo esse calor. Isso é o Congresso, isso é o Parlamento, esses são os gestores a quem a sociedade fez a homenagem, ao colocá-los lá para serem representativos.

Vice-Governador José Eliton, muito obrigado pela presença.

Quero dizer às senhoras e aos senhores que os Vereadores, às vezes, como estão na primeira linha, como são os primeiros no debate com a sociedade, que estaremos à frente, sim, Presidente da nossa entidade, Eliézer, e Deputado Almeida Lima.

E gostaria de saber qual o prazo máximo que vamos ter para mobilizar os Vereadores do Estado de Goiás e do Brasil, para que possamos permanentemente participar desta reforma política. Há um confronto de ideias que eu acho que não é democrático. E nós vamos, sim, fazer com que o plenário das Câmaras enviem as entidades nacionais representativas dos Vereadores, para que possamos mobilizar o



Congresso e não ficar do jeito que estamos aqui. Pensem bem na situação em que hoje se encontra o Brasil, em relação aos Vereadores. Tudo nós podemos para ajudar os Parlamentares, mas os Parlamentares são contra os Vereadores.

Pergunto ao Deputado: qual o prazo para a apresentação das propostas? Quando será votada?

Eu defendo o voto distrital misto e o voto livre, não obrigatório.

Saudações a todos! Os Vereadores vão participar, sim.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, prossegue a lista?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim, sim!

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Pois não.

A SRA. ÂNGELA CRISTINA - Bom dia.

Meu nome é Ângela. Sou educadora popular e participo de uma rede de movimentos sociais chamada Rede de Educação Cidadã.

Ao contrário das falas dos que me antecederam, focadas no sistema eleitoral, trago o tema da participação popular.

A Presidência, a Mesa, disse que há muitas opiniões divergentes, muitos políticos que estão propondo formas diferentes e que é preciso construir consenso. É fundamental a construção de um consenso, mas acredito que é fundamental, imprescindível, a participação popular, porque nós trabalhadores, movimento social, somos maioria, e vocês são nossos representantes. Em vez de focar o debate nas opiniões divergentes entre representantes políticos, é prioritário focar o debate no que será melhor para a população brasileira. Que reforma política a população brasileira defende e não qual reforma política o partido A ou o político de especificidade "x" defende. (*Palmas.*)

Eu trago a preocupação de levar este debate a um espaço muito mais amplo do que o institucional do Legislativo. Hoje é mais fácil montar um partido do que fazer um referendo para discutir tema A ou tema B, haja vista o tema deste mês — constituição de partidos políticos. E o referendo do desarmamento, por exemplo, foi difícil à beça.

Por exemplo: o limite da propriedade da terra foi uma temática sobre a qual não conseguimos um grande referendo. Ou seja, a participação popular não está



sendo prioritária. E aí eu remeto esse tema à Luiza Erundina, para aprofundá-lo. Como vai se dar o foco da participação popular, dos referendos e plebiscitos, enfim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Obrigada.

Próximo.

O SR. SÉRGIO SEVERO - Bom dia.

Meu nome é Sérgio Severo e gostaria de dizer o seguinte: eu acho que o Presidente da OAB não deveria sair porque nós queremos contestá-lo em relação a uma questão.

Foi votado o Ficha Limpa — o Congresso votou a matéria, votou “sim” à matéria — , mas a matéria vem novamente à tona. Os Tribunais Superiores votaram o Ficha Limpa só depois que o último Ministro foi escolhido. Quer dizer, não se votou nada. Voltou à estaca zero.

Gostaria de dizer o seguinte, Ronaldo: na realidade, eu sou a favor do fim das coligações porque o partido tem de trabalhar e se fortalecer. Eu até acho que os partidos têm de ir para o campo, buscar novas lideranças, em vez de ficar dependendo das coligações, até mesmo para fortalecer os outros partidos e interesses de quem já está no poder. Eu acho que nós precisamos melhorar um pouco a reforma política.

Gostaria de dizer à população — desculpem-me por dizer isto — que faltou muita gente e interesse. Eu estou vendo poucos Presidentes de partido. Eles não estão preocupados com a reforma política. E depois querem chamar a gente para participar da reforma política! Eu acho que faltaram muitos Deputados Federais envolvidos no processo. Vieram aqueles que realmente sabem da necessidade da reforma política, que envolve o Brasil inteiro, que define a nossa vida no Estado, que define a nossa vida no Brasil. E eu estou vendo poucos Parlamentares aqui.

Vir aqui, marcar presença e ir embora não vai resolver o nosso problema. Eu acho que devem ser chamados os Prefeitos, os Presidentes de partido e realmente comprovar a necessidade da reforma política. Desculpem-me, mas estou vendo que esvaziou a reunião. Vieram aqui, marcaram presença — não sei se foi porque são



cabos eleitorais — e foram embora. Porque o Prefeito foi embora, a maioria foi embora.

Não concordo com esse tipo de atitude. Tem de vir, marcar uma audiência. O Prefeito tem de participar; o Governador tem de participar; José Eliton tem de participar. (*palmas*) É interessante que eles ouçam também!

Está muito errado isto aqui. Desculpem-me por dizer isso a vocês. Mas eu acho que estão fazendo uma reforma que nós vamos ter de engolir.

É preciso melhorar a política de discussão nos bairros, é preciso parar com essa mania de querer discutir só no centro das decisões. Aqui nós estamos fazendo uma reforma política com poucas pessoas, mas com qualidade, com quem realmente quer definir o processo político.

Eu queria que vocês em Brasília definissem essa questão do Ficha Limpa. Eu não concordo, por exemplo, que conselheiro lance o filho como candidato a Vereador, a Deputado Federal, a Deputado Estadual, porque acaba dificultando até para quem está fora do processo.

Temos de parar com essa mania. Vamos jogar limpo com as pessoas.

Era só isso o que eu queria defender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu quero informar ao Plenário que a coordenação dos trabalhosa qui em Goiânia, Goiás, fez a distribuição de aproximadamente 500 convites a todos os Presidentes de partido, lideranças. Enfim, nós estamos aqui abertos exatamente para ouvir.

Foram distribuídos exatamente 2.300 convites para entidades de classe.

Portanto, entendo que todos nós aqui estamos “embriagados” por democracia.

Vamos ouvir o seguinte.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

O SR. ELCIVAN GONÇALVES FRANÇA - Meu nome é Elcivan. Atualmente presido o Conselho Municipal de Educação e sou membro do Diretório Municipal de Educação do PT. Falo aqui como cidadão.

Vejo com bons olhos o financiamento público de campanha e a lista fechada, mesmo porque muitos partidos não conseguem nem preencher a quantidade de



vagas que ela tem. Mas eu tenho um grande questionamento a fazer sobre a preordenação dessa lista.

Fala-se da lista fechada para participação coletiva, para enxergar a representação partidária. Mas, se você preordena essa lista, você já dá um grau de importância aos componentes dessa lista. Portanto, qual vai ser o grau de envolvimento desse coletivo, por exemplo, em relação àqueles que estão no final da lista? Qual vai ser o grau do envolvimento do eleitor? É claro que ele vai votar na lista porque há aquele que o representa naquela lista. Mas se ele está no final da lista. Se ele vê a importância que o partido dá àquele candidato, no final da lista, qual vai ser realmente a crença que terá nesse partido?

Eu acredito que o trabalho coletivo realmente vai acontecer, se a importância for dada igualmente a todos. É claro que deverá ser feita a ordenação, depois da eleição, e vai depender de muita discussão. E não vai fazer com que aqueles que sabem que foram eleitos com os votos daqueles que não se classificaram também deem importância aos restantes do coletivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Obrigada.

Próximo, por favor.

O SR. DJALMA ANTÔNIO VAZ DA COSTA - Parabéns à valorosa Deputada pela iniciativa da *Reforma Política Já*, em Goiás. O sucesso a acompanhará sempre.

Meu nome é Djalma Antônio Vaz da Costa e sou odontólogo.

Do meu ponto de vista, a eleição deve ser de 5 em 5 anos, de uma vez só, de Vereador a Presidente da República, para gastar-se menos dinheiro. (*Muito bem! Palmas.*)

Aquela senhora que está ali falou sobre corrupção. E no Brasil é difícil demais combater a corrupção. Embora haja uma exceção para toda regra, existe a filosofia de que brasileiro honesto é aquele que nunca teve oportunidade de roubar. (*risos*) Vai ser difícil combater a corrupção.

Por falar em roubo, há mais ou menos 20 anos foi engavetada a CPI das Empreiteiras. Espero que formem novamente essa CPI e iniciem uma nova CPI, das licitações, para que essa desgraça da corrupção saia do Brasil.



Desculpem-me a minha ousadia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu agradeço as palavras a V.Sa. Devo apenas dizer o seguinte: precisamos, enquanto brasileiros, da prática do debate público. Com isso não quero dizer que, às vezes, uma expressão mais forte não pode ser censurada. Mas quero dizer também que nós devemos ser compreensivos. Se não chegamos ainda ao estágio necessário, nós temos de compreender o momento, em que a população está evoluindo e participando.

Não é uma expressão mais forte que a Presidência aqui vai rechaçar ou em relação à qual vai tomar uma atitude diferente. Acho que nós devemos realmente ouvir e, se houver possibilidade de uma ponderação em relação aos adjetivos, agradecemos, mas também não há nenhuma manifestação no sentido de cassar a palavra de quem quer que seja. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

A SRA. NARCISA ABREU CORDEIRO - Bom dia, Deputada Íris. Bom dia a todos.

Estou representando aqui a Academia Feminina de Letras e Artes, uma entidade feminina que se sente honrada em participar deste evento. Como urbanista e escritora, quero ressaltar o simbolismo de Goiânia, que nasceu na década de 30, como marco civilizatório. E tem tudo a ver com esta reforma política ser plantada aqui em nossa região. Quero parabenizar pela escolha e pelo evento tão significativo para as mulheres.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Obrigada.

Próximo.

O SR. MAURÍLIO TEIXEIRA - Bom dia.

O meu nome é Maurílio. Sou estudante da especialização de políticas públicas da Universidade Federal e, desde 2006, com um grupo independente, venho pesquisando a reforma política, principalmente a questão do financiamento de campanha.

Estou aqui para entregar um estudo sobre uma terceira alternativa ao financiamento de campanha. Seria uma alternativa tanto ao financiamento público



exclusivo quanto ao modelo misto vigente, através da emissão dos títulos de campanha.

O estudo está aqui. E eu gostaria de entregá-lo ao senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tenha a bondade.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A propósito, Deputada Íris — permita-me...

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ... — houve um questionamento, e pela coincidência devemos dizer que as propostas são bem-vindas inclusive por *e-mail*. O nobre Relator, aqui presente, poderá, quando da sua manifestação, declinar o seu *e-mail*, o meu também, para que aqueles que não tiveram a oportunidade de fazê-lo neste instante possam encaminhar por *e-mail*, ou aqueles mesmos que se pronunciaram, se desejarem formatar e dar uma versão formal, terão oportunidade, e nós submeteremos exatamente ao Relator da Comissão.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão, se V.Exa. me permite. Houve até uma cobrança no sentido de que os nossos Líderes não se fizeram presentes neste momento.

Nós poderíamos intercalar na fila a quantidade estabelecida a alguns e também Deputados Estaduais e Vereadores, até porque, ao colocar o seu pensamento, o público também passa a criar um tipo de pensamento e pode fazer o seu questionamento em cima disso. Acho que é importante. Nós vamos falar, mas acho que seria importante se nós começássemos a intercalar.

O que V.Exa. acha, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Acho que nós não devemos perder tempo, que devemos ir adiantando a fila.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Continua?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Adiantando a fila.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Continuamos.

O SR. RUBENS DONIZETE - Bom dia a todos.



Meu nome é Rubens Donizete e sou Presidente do PSTU. Em primeiro lugar, queremos saudar esta frente parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Silêncio, por gentileza.

O SR. RUBENS DONIZETE - ... pela reforma política com ampla participação popular, pois se não existisse essa iniciativa, esta reforma política fundamental e de muita importância seria decidida no Congresso Nacional. E, no Congresso Nacional, nós sabemos que os representantes das grandes empresas, dos empresários, dos latifundiários não iam defender os interesses da classe trabalhadora.

Portanto, queremos cumprimentar essa frente parlamentar que tomou a iniciativa de fazer este amplo debate. E que ele seja fechado através de um plebiscito. Assim, haveria verdadeira participação popular. Dizer que o referendo ou o plebiscito é muito caro também é um argumento que não convence, porque há 6 anos foi feito um plebiscito sobre o desarmamento, que teve o seu resultado, e agora, diante da tragédia no Rio de Janeiro, querem fazer um novo referendo para impor a posição derrotada há 6 anos.

Outra questão que preocupa muito o PSTU é a cláusula de barreira. Entendemos que ela já existe nas campanhas eleitorais, pelo movimento e pela participação dos partidos ditos pequenos, sem representação parlamentar, com o seu tempo mínimo. Se a cláusula de barreira de 5%, que está sendo defendida, vier a ser aprovada, exterminará os partidos ideológicos. O argumento de que ela vai servir para bloquear e acabar com os partidos de aluguel não se sustenta porque, na realidade, o que existe são grandes partidos de aluguel. Se acabarmos com a cláusula de barreira, o que vai acontecer? Vão se perpetuar no poder os grandes partidos, revezando-se entre si. Se existisse cláusula de barreira no início do processo de abertura política, durante as Diretas Já, hoje o Partido dos Trabalhadores, que está no poder, não existiria, porque nas primeiras eleições atingia pouco mais de 2% ou 3%.

Companheiros, o PSTU tem essa grande preocupação. Outra grande preocupação que temos é com o voto distrital, que já existiu na época do Império e serviu para criar os coronéis, os currais eleitorais. A abertura, a democracia de que tanto falamos e reivindicamos pressupõe acima de tudo liberdade e não fechamento mais uma vez.



Outra grande preocupação que temos é com a proposta da revogabilidade dos mandatos dos eleitos que não cumprem suas promessas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Solicito ao companheiro que faça uma síntese ou que encaminhe a sua lista de propostas, enquanto representante do PSTU, à Mesa.

O SR. RUBENS DONIZETE - Estou encerrando.

As outras proposta do PSTU são as seguintes: fim da imunidade parlamentar para os políticos corruptos; limitação do salário dos Parlamentares ao mesmo valor do salário de um operário especializado, atrelado ao salário mínimo (*palmas*); proibição do financiamento de campanha pelas grandes empresas; e, finalmente, o fim do voto obrigatório.

Parabéns a todos!

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Obrigada.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quero informar ao Plenário que, para o fechamento deste primeiro ciclo e para passarmos a palavra a alguns Parlamentares, inclusive ao Vice-Governador, indico o Prof. Pantaleão como o último orador da fila deste ciclo. Não estou a dizer que não irei abrir a palavra logo após a fala dele. Teremos uma rodada de pronunciamentos dos membros da Mesa, para esclarecimentos e para estabelecer o debate, e logo depois continuaremos. (*Palmas.*)

Tem a palavra V.Sa.

O SR. FELIPE ROBSON - Meu nome é Felipe Robson.

Cumprimento a Mesa e os demais presentes.

Sou Presidente do Conselho de Associações de Bairros de Aparecida de Goiânia, a segunda maior cidade do Estado de Goiás.

A nossa preocupação é com a questão da lista e com o financiamento público. Eu acho que essa divisão, em relação à lista, além dos detentores do partido, que vão definir quem vai ser ou não candidato, fosse distribuída por região. Em Aparecida de Goiânia existem três zonas eleitorais. Se a divisão fosse feita por zonas, o partido seria mais bem representado, como disse um colega nosso no plenário. Se a lista for dividida por regiões, ou seja, por zonas... Por exemplo:



Aparecida tem três zonas eleitorais, e a região de Garavelo poderia ter um terço dessa lista, assim como as demais. Dessa forma, a cidade estaria toda representada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado.

O SR. CAIRO SALIM - Bom dia a todos.

Sou Cairo Salim, Secretário de Políticas para a Juventude da Prefeitura de Goiânia — PMDB Jovem.

Quero cumprimentar a Deputada Íris de Araújo, que é sempre um exemplo de firmeza de caráter e de retidão para a juventude de Goiás, e colocar mais um ingrediente na discussão da lista partidária, Senador Almeida Lima: a inclusão das mulheres nas listas e, principalmente, dos jovens, que representam 30% do eleitorado do Brasil e têm grande dificuldade, hoje, de disputar as candidaturas dos grandes partidos — principalmente depois, com a lista partidária. Será que só o filho do presidente ou o amigo do presidente, jovem, vai conseguir ser candidato?

Essa é uma questão que nos preocupa e que nós gostaríamos que fosse discutida pela Comissão.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Obrigada, Salim.

Próximo.

O SR. VICENTE HERCULANO COSTA - Bom dia a todos.

Meu nome é Vicente Herculano Costa e moro em Anápolis. Sou do Diretório Municipal de Anápolis. Participamos do Grupo de Trabalho da Economia Solidária lá no nosso Município.

Eu quero fazer alguns questionamentos. Aliás, quero fazer um breve comentário a respeito de três assuntos: financiamento público, participação da mulher e Lei Eleitoral.

Quanto à Lei Eleitoral, a cada ano eleitoral edita-se uma lei, de acordo com o interesse dos grandes grupos políticos. Nem os próprios políticos podem se organizar para disputar um pleito, porque em todo ano eleitoral faz-se uma lei específica para atender a interesses de alguns grupos políticos. (*Palmas.*)

O segundo assunto é o financiamento público. É importante, é interessante porque dá transparência aos pleitos políticos. Porém, ele não casa com a lista



fechada, porque a lista fechada não viabiliza a renovação política e, sim, só perpetua aqueles feudos que nós conhecemos.

Praticamente era sobre essas três questões que gostaria de falar, até para ficar dentro do tempo. E vou pedir ao companheiro Rubens, de público, que integre a frente parlamentar que discute a criação da Secretaria ou Ministério da Economia Solidária, junto com a companheira Erundina e a companheira Flávia, que estão aqui.

Nós estamos reforçando. No Estado, estamos pedindo a participação de todos os Parlamentares, para que façam com que seja implementada e cumprida a Lei Estadual da Economia Solidária, que está aí para ser implementada pelo Governo Estadual.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

A SRA. JUCILENE PEREIRA BARROS - Meu nome é Jucilene Pereira Barros e sou Presidente da Federação de Mulheres de Goiás — FEDIM.

Eu gostaria, primeiramente, de parabenizar a D. Íris pela iniciativa e dizer da minha satisfação de ver a Deputada Luiza Erundina, que representa tão bem a mulher brasileira, aqui em Goiás.

Eu gostaria, D. Íris, de saber como vão ficar as condições da mulher na política, igualmente, e qual será o incentivo para a mulher goiana na política. Sabemos que a presença da mulher goiana na política ainda é muito tímida.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

O SR. SÓLON GARCEZ AMARAL - Bom dia a todos.

Parabéns pela atitude, Senador Almeida Lima, Deputado Rubens Otoni.

Eu deixo aqui o meu clamor, verdadeiramente dizendo, sobre a posição que se tem hoje diante do discurso que Goiás se propõe a fazer. E faço uma pergunta sobre este convite, Presidente: em que dia foi informado que haveria este debate? Porque pagamos aos Parlamentares para trabalharem conosco. Se esse tema de



hoje é um pouco monótono, é porque é interessante para nós. E por que não estão aqui, colocando o posicionamento deles? *(Muito bem! Palmas.)*

É de muito interesse para nós que isso seja visto. Hoje é que foram convidados para vir? Não foi.

Então, eu quero complementar o que disse Salim, sobre a dificuldade da democratização política para os jovens poderem participar de eleições. É muito grave porque muito menos possibilidade de emprego têm; dinheiro para manter a campanha também não têm. E nós ficamos perpetuando os caciques no poder com a contribuição financeira de empresas particulares, de olho no nosso dinheiro público, que não é destinado à educação nem à saúde nem ao lazer do povo goiano e brasileiro. *(Palmas.)*

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Apenas um esclarecimento: nenhuma queixa por parte da Presidência, quando me chamam de Senador, até porque fui Senador por 8 anos, até janeiro último. Mas no momento sou Deputado Federal. Faço questão de reafirmar, pelo prazer de ser Deputado Federal, representando o Estado de Sergipe e o povo brasileiro.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo: Pablo.

O SR. PABLO HENRIQUE - Bom dia.

Meu nome é Pablo Henrique. Sou o Presidente da União Estadual dos Estudantes e militante da Juventude do PMDB.

Deputado Almeida Lima, como V.Exa. acabou de falar que foi Senador, eu queria fazer um questionamento exatamente sobre o Senado, onde o mandato é de 8 anos. Como vai ficar, na reforma política, o mandato no Senado? Nós também temos de igualar o mandato para 5 anos, como está no projeto original. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Aí eu concordo. *(Risos.)*

O SR. PABLO HENRIQUE - Outra questão: os suplentes do Senado. Acho que aquela Casa foi a que menos passou por reformas políticas até hoje.

Quanto a suplente do Senado, quero dizer o seguinte: Goiás tem um Senador que eu acho que a maioria aqui não conhece, porque um suplente assumiu. E esse suplente não teve a decência de vir aqui se apresentar aos goianos, como Senador. *(Palmas.)*



Goiás é o único Estado do País que tem apenas 2 Senadores, porque o terceiro a gente não conhece. Só sei apenas o primeiro nome dele: Cyro de alguma coisa. Sou goiano e estou engajado na política, mas não sei.

Também temos de unificar as eleições — acho importante isso —, para onerar menos o Estado, para onerar menos o Erário público. Com isso o País economiza bastante.

Também prego o fim das coligações porque partidos são ideias, partidos não são pessoas. E, seguindo essa linha de raciocínio, é absurdo ver partidos de extrema esquerda e extrema direita se juntando em época de eleição. Isso é um absurdo! Não podemos aceitar mais isso.

Eu também tenho um questionamento sobre o voto distrital. O companheiro do PSTU falou sobre o voto distrital e disse que na época do Império ele já existia e tal, que existiam os coronéis. Mas na época do Império a educação do Brasil era zero — o analfabetismo chegava a quase 100%; na época do Império, mulher e pobre não votavam. Era só a elite. Então, o voto distrital discute, sim, a realidade local.

Eu acho que devemos olhar isso também e pensar bastante, porque a reforma política vai afetar a juventude de hoje e as próximas gerações brasileiras. Temos de pensar nisso, para o futuro do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Grato.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

O SR. FELIPE NICKNIG - Bom dia a todos.

Meu nome é Felipe e sou da Assembleia Nacional de Estudantes — Livre, uma entidade estudantil vinculada à Conlutas.

Rapidamente, eu queria trazer aquilo que foi um avanço no ano de 2009, um congresso da classe trabalhadora no qual se fundou a CSP-Conlutas, única central sindical do País que consegue agregar movimentos do campo, da cidade, de oprimidos e da juventude brasileira.

Acho que o que está sendo feito aqui não é uma discussão tão pragmática, porque pensar nisso significa repensar o sentido e o caráter da democracia brasileira.



E eu queria retomar a fala de um teórico da educação brasileira, Demerval Saviani, citando uma passagem: “*Quanto mais a escola brasileira se disse democrática, menos ela foi*”. E o que está colocado para o Brasil hoje é a mesma relação, dentro do Parlamento: quanto mais democrático se diz este País, menos democrático ele tem sido.

E me assusto quando ouço alguns colegas, alguns camaradas, dizerem que o voto em lista fechada favoreceria a permanência dos mesmos no poder. Isso significa assumir por inteiro e por completo que os partidos brasileiros não são democráticos, porque não fazem a discussão interna. (*palmas*) Então, é preciso ter cuidado nessas discussões que estão sendo feitas.

Outro problema que eu queria levantar — e acho que tem sido muito pouco pontuado — é que a discussão desta nova reforma política deve se pautar por aquilo que representa avanços para a classe trabalhadora e para o povo deste País. É não é importante pensar no que vai ser interessante para o Parlamento.

Eu tenho essa preocupação e acho engraçado que alguns companheiros falem aqui sobre reduzir o salário dos Parlamentares, e as pessoas achem graça. É no mínimo complicado isso.

Para finalizar, quero dizer que, no entendimento da ANEL, temos de pensar numa reforma política que garanta de fato um passo na democracia brasileira, ou seja, temos de começar a pensar no financiamento público de campanhas, na revogabilidade do mandato dos Parlamentares que fazem promessas e não cumprem.

Eu queria colocar um elemento central: no Estado de Goiás, o Governador Marconi Perillo, na sua campanha, prometeu o aumento do salário dos professores, prometeu o passe livre, mas até agora nada disso aconteceu, nem sequer uma discussão. (*Muito bem! Palmas.*)

Então, nós da ANEL estamos aqui para mostrar o que ocorre na prática. Isso não é discurso. Isso é o que tem acontecido, do ponto de vista da democracia neste País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo, por favor.



O SR. THIAGO BORGES - Bom dia.

Cumprimento a Sra. Deputada Íris pela brilhante ideia de pedir esta audiência pública aqui em Edeia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O seu nome, por gentileza.

O SR. THIAGO BORGES - Thiago Borges, Vereador de Edéia.

Peço à senhora que leve o meu abraço à Íris, uma pessoa que admiro muito.

O que quero dizer a vocês é que todas as minhas propostas vão ser encaminhadas via *e-mail*. Enquanto eu ouvia os colegas, eu quis fazer uso da palavra para dizer o seguinte aos Deputados e às autoridades presentes: nós confiamos em vocês. Eu pelo menos confio em vocês. Eu confio em vocês e em Edéia, quando vejo, por exemplo, uma criança colocar um cartaz de Caiado na porta e dizer: *“Eu gosto do Caiado porque ele é bravo, porque ele fala a verdade”*; ou, então, quando eu vejo uma criança sair com um cartaz de Flávia e dizendo: *“Eu quero ser igual a Flávia quando eu crescer.”*

Quer dizer, na minha cidade as pessoas acreditam em vocês, têm esperança em vocês. Então, o que quero dizer a vocês que estão nos representando que realmente nos representem, que escolham formas que deem a essas pessoas uma dignidade maior de vida, para que todos nós, nos nossos Municípios pequenos, possamos nos sentir representados por vocês, aqui no Estado e lá em Brasília. Que vocês possam realmente ser autoridades, ter o salário de vocês, digno, mas que realmente representem essas pessoas que vocês nem sabem que existem, mas que admiram vocês e pensam em chegar algum dia onde vocês chegaram.

É isso o que peço a vocês: que realmente queiram fazer a verdadeira reforma política.

No mais, todas as minhas propostas e sugestões vão ser enviadas via *e-mail*.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Sa. e quero anunciar a todos que o *e-mail*, mais prático, é este — *facilimo: pergunte@camara.gov.br*.

As mensagens chegarão à Câmara dos Deputados, à Comissão e ao Relator.

Daqui a pouco, se possível, peço que encontrem uma forma de deixar essa informação à vista de todos.



A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

A SRA. AILMA MARIA DE OLIVEIRA - Bom dia a todas e a todos.

Quero parabenizar a Câmara dos Deputados por fazer esta discussão brilhante, porque nós da classe trabalhadora exigimos reforma política, já!

Eu sou Ailma Maria de Oliveira, presido a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Nós estamos ansiosos para que, de fato, as propostas e os projetos que são discutidos na época da eleição sejam respeitados e garantidos após o projeto eleitoral.

Nós precisamos de financiamento público de campanha imediatamente, porque o abuso do poder econômico e o caixa dois têm feito com que pessoas excelentes e projetos maravilhosos não alcancem os espaços de poder, nem no Legislativo, nem no Executivo, nem no Judiciário.

Precisamos também ter uma lista que garanta a participação das mulheres em mais espaços de poder.

Precisamos da garantia do voto proporcional e das coligações.

Precisamos ter a classe trabalhadora definitivamente sendo representada no Congresso Nacional e nas Câmaras.

Parabéns por este debate! Que possamos de fato realizar não só as conferências, mas também que este projeto de reforma, que garanta também a fidelidade partidária, seja implementado, para ampliar e democratizar o nosso País.
(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

O SR. PAULO CÉSAR - Bom dia.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Luiza Erundina e do Deputado Almeida Lima.

Quero dizer o seguinte, para resumir: diante do que todo mundo já falou, fica difícil falar algo a mais, mas a minha opinião é a de que a reforma política passa primeiramente pelo fim da reeleição para os cargos do Executivo e do Legislativo, já! Se não, é conversa fiada. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

O SR. ENILSON DA SILVA - Bom dia.



Meu nome é Enilson da Silva e sou o Presidente do Partido dos Trabalhadores em Planaltina de Goiás.

Sem os cumprimentos, pela exiguidade do tempo, a sugestão que teria a fazer é a seguinte — e não sei se já existe: que se disponibilizem os temas que já estão sendo discutidos na reforma política, de forma compilada, na Internet, para que as pessoas que vierem a fazer parte de debates futuros já estejam a par do assunto, podendo pesquisar, coisa que não fiz mas deveria ter feito. Não sei se encontraria já compilados esses assuntos todos.

Outra sugestão: é muito bacana ver aqui essa constelação, mas, se as estrelas forem divididas, o brilho não vai diminuir, e a gente ganhará tempo para o debate que precisa ser feito em âmbito nacional. Seriam mais debates sendo feitos. É pedir demais que todos tenham agenda livre para se reunir aqui, nesse dia ou naquele dia. Sabemos do arrocho e do aperreio que é a vida de todos vocês. Então, que os Deputados se dividam, para que o debate aconteça com mais agilidade.

Quero defender o voto distrital misto, para a correção das distorções, para não haver povo sem representante, como também o fim da cláusula de barreira, porque é o típico exemplo de quando se mata a vaca tentando matar o carrapato. Se o problema é o partido de aluguel, que se proíba o aluguel e não o partido.

Eu digo isso porque sou do PT e, portanto, faço parte de um partido que começou muito pequeno. Como já dito aqui, se existisse cláusula de barreira, o PT não chegaria onde chegou.

Então, muito obrigado. Era essa a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Informo ao companheiro que a Comissão já relacionou 20 temas e que você pode ter acesso pelo Portal da Câmara. Já temos textos sobre sistema eleitoral; financiamento de campanha; judicialização do processo eleitoral e criminalização da propaganda eleitoral; instrumentos de exercício da democracia direta; coincidência de mandatos; prazo de mandatos; fidelidade partidária; suplente de Senador, enfim, há aproximadamente 20 temas. Acessem o Portal da Câmara porque lá vocês vão encontrá-los.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Próximo.

O SR. ITAMAR DA SILVA LIMA - Meu nome é Itamar, Presidente do PT de Alexânia.



Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da nossa Prefeita Erundina, que sobreviveu às acusações de fazer o Tietê causar alagamentos e matar muita gente em São Paulo. O problema continua até hoje, mas ninguém culpa os Prefeitos.

Eu quero dizer a vocês, ao Congresso Nacional, não só a esta Comissão, que não adianta o que está ocorrendo com a *Reforma Política Já*. O povo brasileiro não acredita mais nos políticos brasileiros. Nós temos de virar a mesa, nós temos de apresentar propostas sólidas, propostas corretas. Não adianta, se não houver punição para juiz, para desembargador comprovadamente corrupto que vai para a casa e ganha seu salário.

Não adianta a reforma política enquanto houver indicação do pessoal que vai comandar o Tribunal de Conta do Município, o Tribunal de Contas do Estado; enquanto houver indicação de Ministros e Desembargadores. Não é possível aceitar que esse pessoal apadrinhado continue lá!

E nós acreditávamos que a Lei da Ficha Lima ia limpar o Brasil. Mexeram 4 anos, 5 anos, e estão todos de volta, tomando posse.

O povo está desacreditado, Srs. Deputados! Quero falar com as minhas palavras, pois estou representando os matutos do meu Município, que não puderam estar hoje aqui. Sei que, se a eleição e o voto fossem livres, nem 10% do pessoal de Alexânia ia às urnas votar, porque não acredita mais nos políticos.

Quero pedir ao Vereador de Edéia a receita que faz com que o povo de lá acredite nos Srs. Deputados. Eu quero levar essa receita para o meu Município. (*palmas*) No meu Município, o povo tem vergonha de dizer que é político.

Meus cabelos brancos estão aqui, militando no PT e procurando trazer minha contribuição para que meus netos tenham melhor educação e saúde.

Deve haver uma política de punição imediata. O Deputado, o Senador, o Vereador ou o Presidente da República, caso haja indício de favorecimento ou corrupção, devem ser afastados imediatamente do mandato! Imediatamente! Eles têm que provar que estão certos para voltar ao cargo.

Mas no Brasil é o contrário: a pessoa fica durante 4 anos se defendendo na Justiça, com foro privilegiado. Não podemos aceitar.



Estou excedendo meu tempo, mas sou muito pequeno lá e não tenho voz. Tentei ser Deputado Federal, e meu discurso era esse, Deputada Erundina: falar aos menos favorecidos, que não têm oportunidade. Mas um dia chegarei lá.

Quero dizer que sou um pouco contra a cota feminina de 30% ou 50%. Vou explicar o porquê: as mulheres não se apresentam candidatas porque elas têm vergonha de ser corruptas. Ser Deputado ou ter um cargo eletivo hoje é uma forma de se "fazer" ou de "fazer" sua família. A mulher tem mais vergonha disso.

O que devemos fazer é colocar nessa reforma política coisas que motivem a mulher a se candidatar, coisas que possam orgulhar a mulher brasileira. É isso.

Eu gostaria de falar o dia todo, Sr. Deputado. Mas estas são as minhas simples palavras, as palavras de um matuto lá do meu Município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Se o Plenário concordar, eu concordarei... *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - O próximo orador, Sr. Presidente, é o Prof. Pantaleão. E como foi acordado, logo após a próxima intervenção vamos encerrar este ciclo, a fim de passarmos aos Parlamentares.

O SR. REINALDO ASSIS PANTALEÃO - Bom, depois dos cabelos brancos, vamos às barbas brancas.

Bom dia. Sou do Diretório Regional do Partido Socialismo e Liberdade, PSOL. Não estou falando em nome do partido porque estaremos reunidos hoje e amanhã para uma discussão sobre a reforma política.

Acho que a Comissão começou muito bem. E o Deputado Edinho Araújo foi de uma felicidade enorme, pois Goiás, Goiânia, é vanguardeira sim. Em 1975, o ex-Deputado João Divino Dornelles, que infelizmente não está entre nós, eleito Deputado Estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro — MDB, levantou a luta pela anistia, a qual foi encampada pela nossa querida Therezinha Zerbini.

Em 1982 — ou em 1983 —, houve uma reunião em Goiânia com o ex-Deputado Ulysses Guimarães, que infelizmente também não está entre nós, e outras seis pessoas para o lançamento do movimento Diretas Já, que depois tomou conta do Brasil.



Portanto, essa Comissão começa muito bem, porque Goiânia representa esse sinal de liberdade, porque Goiânia não representa apenas a terra de ninguém ou de alguém, mas de todos nós.

Gostaria de, também, nessa linha democrática — e gosto de ser democrático, pois tenho divergências ideológicas —, inicialmente parabenizar o Vice-Governador José Eliton por um belíssimo artigo que ele escreveu. Vejam que muita gente escreve e outros assinam. Mas o Vice-Governador escreveu um artigo sobre ideologia e foi claro, fez uma avaliação da questão iluminista e levantou a posição da Direita e da Esquerda.

Tive a honra e a felicidade de conhecer o Vice-Governador. E a gente acompanha algumas lutas com os alunos. Mas fico feliz porque isso significa discussão e debate.

Gostaria também de registrar aqui que o Deputado Ronaldo Caiado fez um belíssimo trabalho antes, mas não foi ouvido pela classe. Mas a OAB e os movimentos ouviram o Deputado. S.Exa. fez um trabalho hercúleo. Embora eu não concorde nem pense como o Deputado Ronaldo Caiado, tenho por ele um grande respeito. Acho que a grande questão é essa: o Deputado fez um trabalho e muita coisa por ele levantada poderia hoje não estar sendo discutida, caso tivesse sido aprovada antes.

Essa é a questão.

À nossa querida Deputado Luiza Erundina, símbolo da nossa luta, obviamente, na condição de professor, deixo um beijo muito grande.

Eu sou tão democrata que estou aqui com um artigo de uma pessoa com a qual não concordo, mas também respeito. Muita gente xinga, mas é gente que não tem memória e se esqueceu inclusive que ele foi do Partido Comunista, foi exilado no Chile, é economista, foi Deputado, foi um bom Prefeito — embora tenha perdido a eleição depois. Refiro-me ao César Maia. Devemos respeitar o que ele escreveu no dia 23 de abril de 2002 com relação à reforma eleitoral.

Está aqui o Deputado Rubens Otoni, nosso companheiro e amigo. Vejam bem, o que o ex-Prefeito César Maia escreve é de uma tranquilidade! Ele levanta três propostas só. Acho que a Comissão deveria receber — e o Deputado Almeida Lima já disse que ela vai receber — e digerir isso. Claro que todos leram porque



político que não lê não pode se informar; todo mundo já leu isso aqui. É interessante o que o Cesar Maia levanta. São três pontos básicos: o debate na televisão; as pesquisas; e uma outra questão com a qual eu concordo plenamente e todos os senhores aqui certamente devem concordar. Sou da Esquerda, mas concordo, mesmo que a Direita não concorde comigo em pontos da Direita. Sou um democrata. Diz o Cesar Maia, de uma maneira fantástica. Olha, o que ele escreveu aqui como o terceiro ponto. É a questão mais grave de todas na reforma eleitoral. Prestem atenção: *"A compra de votos a cada ano se torna mais escandalosa no Brasil e é feita por meio de um eufemismo chamado cabos eleitorais, milhares são contratados por 90 dias, depois por mais 60, depois por 30 dias e cria-se essa exponencialidade nos últimos três dias"*.

Acho que o Cesar Maia entrou num detalhe aqui que muita gente às vezes não tem coragem de falar. *"Ah, porque o Cesar Maia..."* Não! Eu posso discordar da Deputada Íris de Araújo, agora não posso ser tão burro e besta, até porque sou professor, de desconhecer o trabalho que ela faz. Ora, que bobagem é essa? Não comecei ontem, não. Comecei em 1960, participei do MDB juntamente com o nosso Comandante Iram Saraiva, João Divino, Henrique Santillo, Adhemar Santillo, Derval de Paiva. Eu não posso desconhecer a História, porque se eu desconhecer a História estarei incorrendo na bobagem de não conhecer a história.

Os senhores da Comissão não estão só de parabéns. Deputado Edinho, Goiânia é vanguardeira, Goiás é vanguardeiro, e já lembrando o poeta: *"Faz escuro mas eu canto, pois o amanhã da liberdade vai chegar"*.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Prof. Pantaleão, muito grato. Quero passar a palavra a alguns oradores integrantes da Mesa, dizendo que o plenário terá direito à réplica depois que eles falarem.

Inicialmente passo a palavra ao Exmo. Sr. José Eliton Júnior, Vice-Governador de Goiás.

Mas até que ele se dirija à tribuna, para reflexão de todos, digo o seguinte: o povo brasileiro não acredita mais nos "políticos brasileiros", entre aspas. A reflexão: mas quem elege esses políticos? Vamos mudar os políticos sem mudar a consciência popular? De quem é a responsabilidade pela nossa eleição? É apenas



para reflexão. Acho que cada um dos senhores e das senhoras tem a forma exata de refletir acerca desta questão. *(Palmas.)*

O SR. JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR - Bom dia a todos.

Inicialmente, Sr. Presidente, quero parabenizar cada um dos senhores e cada uma das senhoras que se deslocaram e vieram à Câmara Municipal hoje discutir um tema tão importante para a vida brasileira. Os senhores e as senhoras estão de parabéns por participarem deste momento importante de transformação por que passa o Brasil.

Saúdo a todos componentes da mesa, as autoridades, cumprimento o Presidente, Deputado Federal Almeida Lima, que preside esta Comissão importante no cotidiano.

Saúdo também a Deputada Íris de Araújo pela iniciativa de propor que as audiências iniciassem pelo Estado de Goiás, especificamente pela cidade de Goiânia. E, saudando os dois, saúdo a todos os componentes, uma vez que a nominata por demais foi realizada aqui.

Neste instante, Sr. Presidente, parabenizo o Congresso Nacional especificamente a Câmara dos Deputados por levar à sociedade este debate. O debate é importante para a construção de um pensamento, para o avançar de uma sociedade, para o avançar da humanidade.

Eu ouvi o Dr. Prof. Pantaleão falando aqui, e me lembrei daquela frase: *"Não concordo com uma palavra do que dizes, mas defenderei até a morte o direito de dizê-las"*. Isso é muito importante, porque faz com que a sociedade avance, com que a humanidade avance. Se assim não fosse, nós estaríamos ainda na Idade Média a pensar que o Planeta era carregado por quatro anjinhos. E o debate é importante na construção das ideias, na construção de um novo momento na vida brasileira.

Preocupa-me muito hoje em dia ver fortalecer, no seio da política brasileira, a tentativa de consolidação de um pensamento hegemônico a dominar a política brasileira. Penso que isso não é interessante para a sociedade, não é interessante para aqueles que querem ver o País avançar, sabendo compreender a diversidade de pensamentos que compõem a sociedade brasileira, a diversidade de visão de mundo que tem o pensamento brasileiro.



Ouvi falar muito aqui que o grande problema está centrado no poder econômico. É verdade. O poder econômico hoje tem uma força fundamental e decisiva na escolha dos representantes da sociedade, quer seja no Parlamento, quer seja no Executivo.

Mas abuso político também tem; a utilização exacerbada da máquina pública, o aparelhamento da máquina pública para a construção de um pensamento hegemônico também tem.

É preciso que todos nós, partidos políticos, tenhamos a coragem de ir para esse debate franco, aberto, claro, e dizer à sociedade qual é o pensamento de cada um dos partidos políticos, quais são as bandeiras que cada partido político defende no seu campo ideológico.

Não é possível a sociedade conviver com partidos que ora estão de um lado, ora estão do outro, apenas pela conveniência. (*Palmas.*) Não é possível enxergarmos a construção de partidos que no seu nascedouro já dizem: *"Eu não sou Oposição, não sou Situação, não sou centro, não sou nada. Sou qualquer coisa e tudo ao mesmo tempo. Eu sou de caráter liquefeito, que me amoldo a qualquer situação"*.

É isso o que a sociedade quer, a conveniência política a ser mandamento das razões partidárias? Penso que não é por aí.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu parabeno o Congresso Nacional por levar adiante debates importantes.

E aqui me foi formulada uma indagação a respeito da lista fechada, ou lista preordenada, como mais carinhosamente alguns querem colocar. Vamos falar com franqueza: lista fechada, sim. Não vamos mudar nome nem dar adjetivos nem apelidar com palavras.

Eu defendendo a lista fechada porque entendo que é uma forma de fortalecer as instituições partidárias, fortalecer o debate interno. Aí, quando vem a colocação: *"Mas isso não fortaleceria os presidentes de partido, não criaria os caciques, não faria com que na ordem viessem suas esposas, Deputados Estaduais, detentores de mandatos, membros de diretórios, empresários, etc.?"*

Hoje não é assim? Os partidos não têm dono? Quem manda no PMDB de Goiás?



(Manifestação no Plenário.)

O SR. JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR - Não, não sejamos hipócritas. *(Palmas.)* Todos nós temos. Quem manda no PSDB em Goiás? Quem manda no Democratas em Goiás? Quem manda no PMDB em Goiás?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR - No PMDB, Iris Resende. Todos nós sabemos. Temos que enfrentar o problema com clareza e com coragem *(palmas)*, sem subterfúgio. *(Palmas.)*

Eu chamo a sociedade ao debate. É importante que todos nós falemos com franqueza, que todos nós forcemos um momento de reflexão, porque é muito fácil apontar os equívocos alheios, mas é difícil olhar no espelho. Olhar no espelho é complicado. *(Palmas.)*

Então, eu defendo a lista fechada porque entendo que é uma forma de os partidos se fortalecerem. No primeiro momento pode realmente fortalecer as lideranças partidárias que já têm o controle dos partidos. Mas com o passar do tempo nós haveremos de ver os seus representantes, aqueles filiados ao partido, discutindo internamente, fazendo com que esses partidos tenham compromisso com a ideologia. Mas é preciso agregar a lista fechada à fidelidade partidária, a um tempo de quarentena, para evitar que políticos transmutem de partido a bem da vontade.

E o financiamento público de campanha? Hoje já não é financiamento público? Ele é um financiamento público, mas, um financiamento imoral porque é travestido de outras palavras. Quando nós temos o tempo de rádio e televisão, ele é gratuito aos partidos. Mas é gratuito à sociedade? O fundo partidário, que alimenta todas as máquinas partidárias, é bancado por quem? Nós não temos um financiamento público na prática? Qual é o medo de discutirmos isso? Quem tem medo de financiamento público é quem tem medo de o Ministério Público auditar suas contas. *(Palmas.)* Hoje é impossível ao Ministério Público auditar milhares de contas individuais de candidatos. Quando houver o financiamento público, será possível ao Ministério Público fiscalizar o abuso do poder econômico, mas será preciso haver também reflexão.

É possível financiamento público no modelo de lista aberta? Assim viraria o programa do Silvio Santos: *Quem quer dinheiro?* Porque teríamos absolutamente a



promiscuidade das candidaturas apenas para receber um pedacinho de recurso público. Precisa haver financiamento público com lista fechada, porque é o partido que seria encarregado de realizar efetivamente os gastos, e o Ministério Público teria instrumentos para auditar as contas partidárias.

Temas outros, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são muito importantes na discussão. Gosto muito desse tema, Sr. Presidente, mesmo porque sou advogado de carreira, eleitoralista por especialização. Então, é um tema importante. E aqui já foram discutidos diversos temas. Há pouco, falei com a Deputada Luiza Erundina a respeito das cotas, do fim da coligação proporcional. Penso de forma divergente do Deputado Fábio Tokarski, que é contra o fim da coligação. Eu sou a favor, e penso que cada partido tem de se fortalecer. Falo isso no momento em que meu partido terá dificuldades profundas por passar por um problema de esvaziamento. (*Palmas.*) Mas o conceito é importante. A questão da suplência, a suplência do Senador. Ora, quais são os instrumentos de sucessão? Acaba-se com o suplente, e, depois, se o Senador vier a falecer ou a renunciar ou qualquer outra situação, vamos transferir o cargo dele para o segundo, para aquele que a população não elegeu? Vamos transferir para o Deputado Federal, que representa a proporção? Assim vamos deturpar a vontade popular. Mas esse é um debate que precisa ser levado adiante! Esse é um debate importante.

A proposta do distritão visa transformar a eleição parlamentar, a eleição proporcional em eleição majoritária. Qual a razão de ser, na legislação, do sistema proporcional? Por que foi criado o sistema proporcional na legislação brasileira? Por uma razão muito simples: para garantir a proporcionalidade de representação popular no Parlamento. Se retirarmos e extinguirmos o sistema proporcional, mataremos as minorias na sua representatividade no Parlamento. É isso que queremos? É isso que a sociedade quer, um debate raso, rasteiro?

“Ah, mas têm de ser eleitos, porque são os mais votados diretamente”, dizem. Mas como aqueles que não têm voz nem vez, nunca tiveram, se farão representar no Congresso Nacional, nas Casas Parlamentares? Esse é um debate que a sociedade precisa levar adiante com responsabilidade, com coragem, com transparência, que precisa discutir, dizer o que pensa e de que forma discutir. Não significa que o pensamento que cada um de nós defendemos seja o correto, mas



significa que temos de debater com a sociedade nossa forma de pensar, mesmo porque só o debate constrói uma sociedade melhor.

Sr. Presidente, agradeço à oportunidade e parablenizo todos por essa iniciativa.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço ao Exmo. Vice-Governador, Dr. José Eliton Júnior, e agradeço imensamente pela contribuição prestada, dizendo a S.Exa. que se sinta à vontade em permanecer, mas também em se ausentar, diante da informação que me passou de que há um compromisso previamente agendado. Fique à vontade. É um prazer tê-lo em nossa companhia.

Convido, para também integrar a Mesa, o Vereador Eliézer, Presidente da União de Vereadores de Goiás. *(Palmas.)* Tenha a bondade, por gentileza.

Passo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado, para se manifestar conforme o seu desejo, dentro da reforma política, tema aberto a S.Exa., ao tempo em que passo rapidamente a Presidência dos trabalhos ao Relator, Deputado Rubens Otoni, por alguns instantes, com meu pedido de desculpas e de compreensão ao orador, que já está na tribuna.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Eu quero ser bem sucinto, até porque estamos avançados no horário, agradecendo ao Presidente da Comissão, Deputado Almeida Lima, ex-Senador do Estado de Sergipe, que nos visita hoje. É um prazer enorme também recepcionar Luiza Erundina, uma guerreira, principalmente nesse tema, conhecida pelas suas peregrinações pelo País afora, sempre cobrando da Comissão a presença da sociedade brasileira nesse tema. Ela deu conta de diagnosticar isso com muita precisão.

Quando me perguntavam ali agora, Erundina, por que nós perdemos duas votações em duas legislaturas anteriores e por que podemos ter a chance de, neste momento, chegar a uma votação e a um resultado positivo, eu disse exatamente que é preciso envolver toda a sociedade brasileira e, com isso, fazer com que haja uma grande mobilização popular, como conseguimos fazer no caso do Ficha Limpa. É algo que realmente poderá mudar o momento da votação no Congresso Nacional.

Eu quero cumprimentar o Deputado Rubens Otoni, que foi meu colega. Eu relatei na Comissão Especial, e Rubens Otoni foi Relator na Comissão de



Constituição e Justiça. Hoje, junto com o Deputado Fontana, ele é o Relator no texto da Comissão Especial a ser debatido em plenário. Independente de qualquer posição político-partidária, nós construímos um projeto para o qual convergiram várias tendências políticas, independente do seu sentimento ideológico ou partidário em relação àquilo que precisamos apresentar à sociedade brasileira.

Eu quero saudar a Deputada Íris de Araújo, pela iniciativa de trazer o primeiro encontro aqui para Goiânia; o Denício, pela iniciativa de ter aprovado nesta Câmara de Vereadores esse primeiro debate; a Deputada Flávia e as demais lideranças aqui presentes, por já poder conversar com cada um de vocês sobre esse tema.

Vocês notaram uma coisa interessante no plenário. Quando se fala em reforma política, todos estão de acordo, é unanimidade. No momento em que são apresentadas as ideias, já passa a haver 300 opiniões divergentes. É a beleza da democracia. É o debate. Não há como querer conciliar um tema que, às vezes, é um pouco ácido, um pouco técnico, um tema que talvez não tenha a mesma facilidade de compreensão, como nós temos o caso do Ficha Limpa. A própria palavra já falava o que é o projeto. Reforma política é um tema muito abrangente. Você discute desde os entes federados até os Poderes constituídos e o sistema eleitoral. Há todo um processo envolvido dentro do que se chama “reforma política”.

Então, é lógico que nós nos preocupamos com alguns pontos, para elaborar um projeto que tenha começo, meio e fim. E vocês sabem que não só sou médico como exerço a profissão. Logo, não acredito num bom médico que não tenha a capacidade de diagnosticar.

Nós não temos que copiar o modelo alemão, nem o modelo inglês, nem o modelo francês, muito menos o modelo americano. Nós temos que tratar de uma realidade que é nossa. E quais são os pontos que nós queremos atacar e priorizar na reforma política neste momento?

Qualquer sistema que for aqui colocado, seja distrital puro, seja distrital misto, seja lista aberta, seja lista fechada, seja até esse que, graças a Deus, já desapareceu da discussão, o “distritão”, em todos eles qualquer um aqui coloca 10 defeitos. Não existe sistema perfeito. Mas do que queremos tratar? O que a sociedade brasileira nos disse nas pesquisas? Dois pontos precisam ser tratados para que a política e o político tenham credibilidade junto à sociedade brasileira.



Primeiro, acabar com o troca-troca partidário. (*Palmas.*) Num curto espaço de tempo, em legislaturas anteriores, antes da decisão do Supremo sobre fidelidade partidária, 156 Deputados Federais mudaram de partido 236 vezes, sendo que um único Deputado mudou de partido cinco vezes num único dia! Então, realmente, não há nada parecido com o que era a infidelidade partidária e a maneira como o mandato era negociado.

Segundo, o que a sociedade dizia? Como vamos entrar na política, se hoje são as máquinas de governo e o poder financeiro que decidem as eleições de nosso País? O jovem, o cidadão que quer entrar na política, como ele terá espaço para entrar na política? Como? Se essas duas situações, a máquina e o poder financeiro, com raras e honrosas exceções, são determinantes dos próximos eleitos?

Então, se nós temos isso, temos que ser bem objetivos. Ninguém aqui está discutindo um item de um projeto. Não, eu peço a todos vocês, mesmo aos que não concordam, que leiam o projeto na sua inteireza. Para que um projeto seja analisado, ele tem que ter começo, meio e fim; para mudarmos o sistema eleitoral brasileiro, nós precisamos dizer o que desejamos, para que amanhã a sociedade brasileira tenha clareza, transparência, no processo eleitoral como também no financiamento das campanhas eleitorais.

Mas muitos perguntarão: como será feita essa lista? Essa lista é ponto fundamental para que nós possamos implantar o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Um é dependente do outro. Como vamos pegar dinheiro público e transferi-lo aos pré-candidatos? Todos vão para a cadeia! O dinheiro público é transferido ao partido! Os Tribunais e o Ministério Público fiscalizarão os partidos. Não é a tese do faz de conta: faz de conta que presta conta; faz de conta que é fiscalizado. São milhares de pré-candidatos hoje. Como o Ministério Público e os Tribunais conseguirão acompanhar a campanha de cada Parlamentar ou de cada pré-candidato?

Então, nós estamos aqui produzindo algo para quebrar no País aquilo que hoje é uma cultura: a cultura da compra do voto. Ela será ou não transitória. Amanhã isso pode mudar, é lei ordinária! Nós não estamos mexendo na Constituição brasileira ao criarmos a lista preordenada e o financiamento público! Nós não estamos tocando na Constituição brasileira. Nós estamos quebrando a cultura da



compra do voto. *(Muito bem! Palmas.)* Esta é a grande realidade que nós temos no Brasil.

Com todo o trabalho dos senhores e senhoras aqui em suas bases, às vezes chega alguém muito bem abonado e diz: *“Olha, Caiado, eu sinto muito, eu gosto muito de você, mas, pelo que me deram aqui nessa campanha, não tenho como votar em..., mesmo reconhecendo o seu trabalho”*. Quantos de vocês já não ouviram isso?

Então, neste momento, o importante é nós termos a coragem de criar algo que possa, nem que seja por um período transitório,... O Brasil já não passou por um período em que não teve moeda? O Brasil tinha cultura inflacionária. O cidadão comprava uma bicicleta por 200 reais, no outro dia ela já estava remarcada por 300! Essa era a cultura que havia no Brasil. O Brasil ficou um período sem moeda; era a URV, era uma unidade, para que nós quebrássemos uma cultura.

Ora, o que eu peço a todos vocês, aos senhores e às senhoras que estão aqui, é uma coisa só: ninguém tem um sistema perfeito. Mas nós precisamos ter um sistema apropriado para o quê? Por que mudar o sistema eleitoral? Não me interessa se se vai votar no Distrito, no Estado, no Município, se o eleitor tem um, se o eleitor tem dois votos. O que me interessa é se nós saberemos produzir um sistema eleitoral capaz de quebrar a cultura da compra de votos e dar a todos os brasileiros que queiram entrar na política condições de um vestibular digno e que o poder financeiro e de máquinas de governo não sejam fatores determinantes numa campanha eleitoral. *(Palmas.)* Isto é o que queremos produzir.

“Ah, Caiado, mas vai tirar do brasileiro o direito de escolher o seu candidato!” Ledo engano! Quem acha que escolheu candidato? Votou no Tiririca e elegeu A ou B, que nunca viu na vida! Deputados eleitos com voto acima do quociente eleitoral foram apenas 20, ou melhor, 35 nesta Legislatura, 35 Deputados Federais em 513! Os outros todos se beneficiaram de votos de terceiro. Quem votou então no meu candidato? Que candidato é esse? Candidato do quociente eleitoral?

Precisamos, portanto, quebrar paradigmas, deixar claro o que queremos para o Brasil neste momento. Infelizmente, essa matéria já foi derrotada duas vezes no Congresso. Mas eu acredito que, com a participação popular, nós poderemos criar algo que vai democratizar a política no País.



Eu não vou me estender, pelo avançado da hora, mas vejam vocês: quem hoje é capaz de lançar candidato a Presidente da República? Quem tem a máquina do Governo Federal lança o seu candidato, ou quem tem o comando das duas maiores economias do País, São Paulo e Minas Gerais. Os outros Estados vão ter chance, Sr. Presidente? O nosso Goiás, Sergipe...? Quando é que nós teremos essa oportunidade?

Se se tem um financiamento público e exclusivo de campanhas, libera-se grande parte dos partidos para que eles possam indicar os seus candidatos, sem aquela obrigatoriedade de todos terem que aderir a um candidato só, sem sequer respeitar um segundo turno no País, fazendo um segundo turno antecipado, com as alianças e coligações já em primeiro turno. Você, sem dúvida nenhuma, dá oportunidade para que as pessoas se coloquem, para que as pessoas se apresentem. Aí está a beleza da política. Se nós tivermos aí um partido que queira apenas aquele rito, aquela sequência que deve ser seguida numa lista, eu pergunto aos senhores: quem vai votar numa lista em que, ao ver o nome de todos os Deputados, existem ali muitos em que você não acredita, ou que estão contaminando aquela lista? É um processo comparativo. A política tem que ser arejada. A política não pode ser cartelizada.

O cidadão pode dizer: *"Ah, mas isso aí vai manter o monopólio dos partidos!"* É como muito bem colocou aqui o Vice-Governador José Eliton. Nós não temos lista fechada, e todo mundo sabe do controle existente dentro dos partidos neste País. Não vamos responsabilizar a lista fechada por aquilo que já ocorre neste País. Mas sempre buscamos dar oportunidade a quem tem competência. Demóstenes é Senador da República hoje porque veio de um partido de que abrimos mão para quem nunca havia sido candidato! (*Palmas.*) José Eliton é referência como Vice-Governador, e nunca havia sido candidato! É pelo preparo, pela capacidade de contribuir, independente de sua origem, da sua condição financeira.

É isso que nós precisamos fazer na política. Partidos têm que ser uma escola, como nós fazemos na medicina, na advocacia, na engenharia. Temos que preparar os melhores para nos defender no Congresso Nacional, nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas. Aí, sim, o Estado é pujante, com boas lideranças políticas, para debater com altivez e com conteúdo no Congresso, nas



várias instâncias dos Poderes Legislativo e Executivo. Nessa hora, o Estado cresce. É isso que nós precisamos trazer para a política. Vamos deixar de lado a mediocridade. Vamos deixar de lado a tese de que quem tem máquina e dinheiro se elege. Vamos dar oportunidade para a juventude, para as pessoas de bem, que hoje se sentem excluídas do processo porque não são amanhã apadrinhadas nem pelo poder do caixa e muito menos pela condição financeira e estrutura de governos.

E dizem mais: *“Se nós não temos dinheiro para a saúde, vamos gastar 1,2 bilhão de reais para financiar campanha eleitoral?”* Como vamos explicar isso para o povo? É porque o povo não sabe que uma campanha no Brasil custa 10 bilhões de reais. E a maior parte do financiamento de caixa dois é desvio do Orçamento da União, que devia ir para a saúde, para a educação, para a segurança e para a infraestrutura, mas vai exatamente para o caixa e para o bolso de muitos políticos para financiar as campanhas! Essa é a grande realidade! *(Palmas.)* Isso faz a diferença.

David Samuelson, um cientista político, escreveu sobre esse assunto e mostrou, com muita transparência, que as eleições no Brasil hoje têm a maior fonte de financiamento no desvio de verba do Orçamento da União, que deveria atender a saúde e a educação do povo; segundo, no narcotráfico, que tem o maior volume de caixa dois no País; no jogo do bicho e no tráfico de armas. São essas instituições criminosas que hoje passam a financiar as campanhas eleitorais no País e a ocupar cargos de Vereador, de Prefeito, nas Assembleias Legislativas e até nos Governos de Estado. E, se nós não nos atentarmos para isso, vamos ver a criminalidade avançar no processo político e amanhã ter o comando de muitas unidades federativas deste País.

Esse é o lado que todos nós devemos discutir e refletir profundamente neste momento. Agora, apresentem um projeto consistente. Não vamos simplesmente jogar ao ar: voto distrital, voto distrital misto. Vamos trazer para a prática. Não me interessa o sistema. Diga-me um que combata melhor o caixa dois, que dê transparência a um processo eleitoral, que dê oportunidade para que o cidadão que não tem apadrinhamento político possa ser candidato e tenha a chance de se eleger. É isso que eu estou perguntando. É esse o debate. *(Palmas.)* Essa é a



discussão que deve ser feita, com conteúdo, com conhecimento, com análise profunda da legislação e daquilo que nós poderemos produzir.

Eu encerro pedindo desculpas pelo avançado da hora e colocando-me à inteira disposição para qualquer pergunta que seja formulada hoje e também no decorrer desses dias. Vou acompanhar essa caravana pelo Brasil afora.

Esperamos ver, Deputado Almeida Lima, no dia da votação, no plenário da Câmara dos Deputados, nas galerias e nos corredores, milhares de homens, mulheres, jovens e crianças dizendo, alto e bom som: *“Queremos fazer com que a política neste País eleja homens e mulheres que deem dignidade a todos nós”*.

Deputada Luiza Erundina, guerreira da tese, o número de mulheres na Câmara dos Deputados é 8% ou 10%?

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Oito por cento.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Oito por cento. Nunca passou disso! Em nenhum sistema com lista aberta, com a cultura que tem o povo brasileiro, passa de 8%. Ponha a lista fechada, preordenada, com alternância de gênero. Vamos ver se elas não vão, no decorrer de um curto espaço de tempo, chegar a 30%, 40%, como são os Parlamentos de vários países do mundo. *(Palmas.)* Está no nosso projeto.

Agradeço a vocês pela paciência.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço ao nobre Deputado Ronaldo Caiado.

Informo aos Parlamentares que todos os inscritos irão falar, inclusive o membro da Comissão de Reforma Política, Deputado Almeida Lima, que vai deixar a Presidência para falar. Não falarei como Presidente no mérito, no conteúdo, mas como membro. Passarei a Presidência a V.Exa. e, na minha oportunidade, eu irei à tribuna. Portanto, todos irão falar.

Com a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente Almeida Lima, eu quero saudar a Mesa na pessoa de V.Exa., saudar cada companheiro e cada companheira presente neste plenário.



Quero também apresentar um companheiro, que é um dos membros da Coordenação da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, o sociólogo Antônio Moroni. Pediria que ele se levantasse, para apresentarmos aqui um militante. (*Palmas.*) Ele preside vários fóruns da sociedade civil organizada e tem uma presença múltipla em diferentes espaços, trazendo exatamente o pensamento que se está construindo em processo junto à sociedade civil sobre os principais temas estratégicos deste País. E não há um tema mais estratégico e mais urgente para a sociedade brasileira resolver do que o problema do seu sistema político.

É difícil acrescentar algo ao que já foi dito aqui, sobretudo pelo Deputado Ronaldo Caiado. Nós estivemos juntos trabalhando numa Comissão Especial pela Reforma Política da Câmara dos Deputados, em 2002, que produziu um projeto de lei do qual ele foi o Relator. E, durante o curso do debate daquela proposta, foram-se exatamente acumulando ideias, pensamentos, construindo-se consensos, e se chegou a uma proposta até hoje a mais avançada que já se apresentou, seja no Congresso, seja na sociedade, e que tem servido evidentemente como patamar, como ponto de partida para se fazer este debate atualizado aos novos tempos. Isso foi em 2002, mas estamos em 2011. Portanto, 9 anos já se passaram.

Nós temos, evidentemente, que agregar a essa proposta outros aspectos, porque, naquele momento, a decisão daquela Comissão foi de não tratar nem propor alterações de temas que implicassem em reforma do texto constitucional, ou seja, em emendas constitucionais, porque, se já era difícil naquele momento, pela correlação de forças que havia naquela Comissão Especial, apenas tratando de questões no âmbito da legislação infraconstitucional ou da legislação complementar, mais difícil seria construir maioria se tivéssemos que alterar alguns aspectos do texto constitucional.

Nesse sentido, justifica-se e exige-se a ampliação e o aprofundamento do debate, porque desta vez não se pensa em restrições a limitar o debate sobre qualquer dos temas envolvidos nessa questão. Hoje, a meu ver, Deputado Almeida Lima, já existe outro clima, outro *animus*, uma consciência mais ampliada da necessidade de uma reforma política. No atual sistema político, parece-me ou estou segura de que não há consenso quanto a ser possível sobreviver politicamente no



País, ampliando e consolidando a democracia, se não corrigirmos as distorções e as imperfeições do nosso sistema político. *(Palmas.)*

Presidente Almeida Lima, se eu tivesse alguma dúvida sobre o método que V.Exa. propôs e aprovou na Comissão, de não termos pressa, como fez o Senado, de chegar a uma proposta acabada sem passar pelo crivo do debate com a sociedade civil organizada; se eu tivesse alguma dúvida, Deputado, esta conferência aqui, este debate que se deu nesta dimensão, nesta riqueza, nesta pluralidade de visões, nesta assertiva em relação aos temas que perpassaram durante esse tempo, através das intervenções que aqui se fizeram, não teria sido de uma riqueza, de uma abrangência, de uma compreensão dessa questão que, por si só, Presidente, já justificaria tudo que até agora se construiu, se discutiu ou se apresentou em termos de reforma política. Imaginemos quando se concluir esse debate em todos os Estados da Federação!

O Presidente, inicialmente, pensou realizar essas conferências nas cinco regiões do País. Depois ele foi sensível, aberto, e chegou a um consenso na Comissão? Não. Nós vamos fazer em todas as Capitais que demandarem a realização dessas conferências, e eu posso testemunhar o empenho, a dedicação da Deputada Íris, que não merece as nossas referências aqui apenas por ter trazido a primeira conferência para Goiânia, Estado do Goiás; é a sua presença permanente, dedicada, ativa, participativa, como membro daquela Comissão, que está fazendo esse esforço de trazer para o País, para a sociedade, para a Nação brasileira o sistema político à altura do que este País representa no continente e no mundo. Parabéns, nobre Deputada, pelo que V.Exa. representa, representando o povo de Goiás, naquela Casa e naquela Comissão.

Sr. Presidente, estou aqui não só como membro da Comissão Especial da Reforma Política, representando o meu partido, a minha bancada, mas também como Coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular. É uma frente mista, formada por Deputados, Senadores, com participação popular, ou seja, com 37 entidades da sociedade civil: OAB, CNBB, centrais sindicais, movimentos de mulheres, UNE, enfim, movimentos sociais, movimentos populares, todas as entidades nacionais de natureza popular estão representadas



ativamente nessa Frente Parlamentar que acompanha o trabalho da Comissão Especial e já começou a construir uma proposta.

A Frente Parlamentar pretende ser ouvida numa audiência pública na Comissão Especial, cujo requerimento já foi aprovado naquela Comissão. A Frente, representando o Senado, a Câmara, a sociedade civil, levará à Comissão uma proposta dentro dessa compreensão de que uma reforma política de um sistema não se pode fazer fatiada, pedaço por pedaço, sem levar em consideração as implicações de uma parte em relação à outra. É um pouco aquilo que o nobre Deputado Ronaldo Caiado expôs aqui. Tem que se partir de uma concepção, de um entendimento. E o sistema se compõe de partes integradas, compatibilizadas entre si, imprimindo uma lógica, uma estrutura, uma condução de um processo, que é o que se pretende e que se deve ter em mente nos debates que estamos fazendo aqui.

É evidente que, neste início de experiência nas conferências, particularmente neste momento, percebeu-se que em todos os temas, em todos os aspectos — raramente ficou de fora algum aspecto que não fosse abordado, apontado, seja como afirmação, defendendo esses pontos, seja como rejeição a um ou outro ponto, seja em relação a dúvidas sobre eles —, houve um foco em algumas questões. Por exemplo, o financiamento público. Restaram dúvidas, mas é que o debate ainda não se fez de forma mais aprofundada sobre essa questão.

Relativamente à lista fechada, alguns têm dúvidas, outros acham que ela não convém, outros afirmam categoricamente a importância desse tema. Portanto, há um certo consenso a respeito disso.

Relativamente à questão da fiscalização, é preciso fiscalizarmos a prática política, não só para coibir a corrupção, mas para aperfeiçoar o processo representativo na política brasileira.

Quanto ao envolvimento da sociedade civil, da participação popular, da soberania popular, do exercício da democracia direta, da democracia participativa, do exercício dos mecanismos de democracia participativa direta — plebiscito, referendo, projeto de lei de iniciativa popular —, tudo isso foi uma constante no debate que fizemos aqui. Há necessidade de envolver a sociedade, o povo, a cidadania. E alguém inclusive apontou, num certo momento, o papel da mídia. Aí



entramos num outro tema, que tem uma transversalidade em relação à reforma política, que na Câmara começa a ser tratada através de uma outra frente parlamentar, com participação popular, que é a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Democratização dos Meios de Comunicação. *(Palmas.)*

A mídia não está contribuindo com esse debate. Muito pelo contrário, Presidente Almeida Lima. Ao invés de a mídia estimular o debate, a reflexão, o contraditório, abrir espaço para todos os grupos, todos os segmentos, todos os partidos, ela desqualifica a política, generaliza uma concepção negativa de maus políticos, como se isso fosse uma realidade generalizada não só dos políticos, mas da política. E isso é um desserviço à democracia! *(Palmas. Muito bem!)* É um desserviço à democracia, é uma deseducação da juventude, é não contribuir para a qualificação do voto. É como o Presidente lembrava: quem nos elegeu foi o povo. É uma via de mão dupla, é quem se elegeu e quem elegeu. *(Palmas.)*

Portanto, meus companheiros e minhas companheiras, Sr. Presidente Almeida Lima, meus colegas da Mesa, é preciso pensar seriamente na questão da mídia em nosso País. A mídia é um serviço público. Os meios de comunicação é um patrimônio do povo. Ninguém é dono da rádio, nem da televisão, nem da Internet, nem de nenhum meio de comunicação. A mídia é uma concessão pública. É da sociedade, cedida, concedida, outorgada através do Estado. E a sociedade tem que ter o controle, a fiscalização e tem que democratizar os meios de comunicação de massa.

Neste momento, ao se discutir a reforma política, tem que se exigir tempo e espaço dessa mídia do povo, para que o povo tenha voz e diga o que pensa sobre a reforma política. *(Palmas. Muito bem!)*

Sr. Presidente, vou terminar. Não quero abusar do tempo, mas falo do meu entusiasmo. Eu já estava otimista em relação a esse processo, mas reforma política não é ficar pronto um projeto, ser votado e aprovado. Isso não resolve! Reforma política é mudança cultural, é processo, é mudança de práticas, precisa de tempo. Não temos pressa, embora até setembro, com certeza, se consolidado, ampliado e multiplicado esse processo neste País fora, nós vamos ter força política para mudar aspectos importantes, irreversíveis, e acumular eleição após eleição, para, num tempo que só a história e o povo vai dizer, termos um sistema político no Brasil, não



perfeito. Já se disse tantas vezes que não há sistema político perfeito, mas um sistema político capaz de corresponder ao protagonismo que este País, esta sociedade, esta Nação já conquistou no mundo e no continente latino-americano.

Presidente, parabéns! Meu povo de Goiás, de Goiânia, meus companheiros e amigos, estamos no rumo certo. Não vamos partir daquilo que está dado hoje como pretexto para não criar um novo. É exatamente porque está assim, com caciquismo nos partidos, com corrupção eleitoral e com defeitos, que devemos ter ousadia, coragem de criar algo que questione esse estado de coisas.

Não vamos mais conviver assim, porque isso compromete a democracia. E a democracia é um bem muito caro, custou liberdades, exílios, mortes, desaparecimentos. Esta democracia não está pronta, não está consolidada, não é para todos. Está em nossas mãos, desta vez, fazer o melhor que pudermos, para termos um sistema político que garanta cidadania política para todos os brasileiros e brasileiras deste País.

Obrigada. (*Palmas. Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Deputada Luiza Erundina, minhas homenagens pelas suas palavras.

Concedo a palavra à Deputada Flávia Moraes, para suas considerações. Logo a seguir, concederei a palavra aos dois Vereadores aqui presentes.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Boa tarde a todos!

Quero cumprimentá-los com muito carinho. Cumprimento o Deputado Almeida Lima, Presidente desta importante Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Dou a ele boas-vindas aqui ao Estado de Goiás, assim também à colega da bancada feminina da Câmara, Deputada Luiza Erundina, que, com certeza, tem feito um grande trabalho naquela Casa.

Gostaria de cumprimentar a Deputada Íris de Araújo, que é a articuladora deste momento aqui em Goiás, a quem quero parabenizar, primeiro, por fazer de Goiás palco de abertura para essa discussão tão importante para o nosso País, e, segundo, pela atitude que ela teve hoje, que achei magnífica, de abrir a fala, aqui, para todos os participantes, antes mesmo das falas dos representantes da Mesa. Isso pode parecer um detalhe, mas foi muito importante. Eu quero até sugerir ao Presidente da Comissão que ele leve essa metodologia para todas as audiências do



País, porque daí nós vamos sair do discurso para a prática real da democracia. Momentos como esses existem para que as pessoas possam ser ouvidas. Nós Deputados estamos lá, discutindo e falando há muito tempo, e o momento de ouvir a nossa sociedade é este.

Parabéns, Deputada Íris, por esta iniciativa de priorizar a fala dos participantes, das pessoas que vieram aqui para emitir as suas opiniões.

Cumprimento o Deputado Rubens Otoni, Relator da matéria. Para mim é uma posição de grande importância, que orgulha a nós, goianos. S.Exa., um dos 513 Deputados Federais, foi escolhido para relatar essa proposta, que é tão importante para o Brasil.

Quero cumprimentar o Deputado Ronaldo Caiado, que participa efetivamente dessas discussões, tem conhecimento profundo de tudo o que está sendo proposto e tem defendido, como sempre, de forma muito combativa, aquilo que ele acredita. Hoje eu vou até ousar aqui, Deputado, a fazer alguns contrapontos, mas eu acho que isso é importante e nós precisamos ter a liberdade de conversar dessa forma.

Cumprimento todos os Vereadores e Prefeitos que estiveram presentes, o Vice-Governador, e quero falar, como vocês observaram, da importância da representatividade que houve aqui hoje, da presença de Parlamentares, da importância dessa discussão para todos nós.

Eu falo e posso lhes garantir que hoje, na Câmara Federal, esta é, com certeza, uma das discussões que tem merecido a maior atenção de todos os Deputados daquela Casa. Inclusive por isso foram criadas Comissões Especiais na Câmara e no Senado, para que essas discussões avancem e que possam realmente chegar a um resultado.

Parabenizo os movimentos sociais pela participação e toda a sociedade aqui presente. Essa descrença, esse ceticismo que existe em relação à aprovação da reforma política é natural, Deputada Erundina, porque, na verdade, ali dentro, nós temos uma discussão no meio de conflitos de muitos interesses, partidos grandes, pequenos, de esquerda, de direita. São conflitos que muitas vezes se esbarram e impedem o avanço das discussões.

Eu digo que hoje esta Comissão acerta quando abre a discussão para a sociedade, quando passa a ouvir o que a nossa sociedade espera de nós, porque



essa reforma não pode ter como foco os partidos, os Deputados que estão lá; essa reforma tem que focar a sociedade, o que o povo espera dela. *(Palmas.)*

Por isso, eu acho que nós chegamos a um momento em que realmente vamos conseguir levar a discussão para onde ela precisa ir, que é para junto da nossa comunidade.

Eu não faço parte desta Comissão, estou aqui bem representada pelo meu partido, mas eu faço questão de ouvir e discutir, porque daqui a uns dias eu estarei lá votando. E eu não quero nem pensar em votar alguma coisa que eu não conheça, que eu não sei, da qual eu não participei. Portanto, embora eu não faça parte da Comissão, eu quero participar.

Estou aqui, Deputado Ronaldo Caiado, ouvi tudo, participei do começo ao fim, ouvi todos os apelos, todas as contribuições que vocês puderam dar hoje também, porque eu ainda não estou convencida de alguns pontos importantes dessa matéria. Um deles é a lista fechada. Eu ainda não consigo absorver a lista fechada. *(Palmas.)*

Se, por um lado — e aqui eu quero falar com todo o respeito —, alguns partidos têm dono, eu acho que a lista fechada não vai melhorar essa situação. Pelo contrário, ela vai potencializar isso. Se o partido tem dono, vai ficar mais forte ainda.

Eu não consigo entender. Quando reduz o processo de escolha, quando restringe o colégio eleitoral, você está retrocedendo no processo democrático.

Essa reforma é importante, mas ela não pode perder o foco e deixar de garantir prerrogativas que conseguimos a duras lutas, a exemplo da democracia, do voto direto, do voto nominal. É importante que o nosso povo continue a ter o poder de escolher. Se o partido já tem dono e ele não escolhe quem é o candidato, imagine quando ele puder ter esse poder também. Eu acho que nós não podemos tirar do povo o poder de escolher quem ele quer para ser o seu representante. *(Palmas.)*

Então eu ainda tenho dificuldade de absorver isso, Deputado. Eu o ouço com atenção e respeito, eu sei que V.Exa. tem um estudo profundo em relação a esse tema, mas eu quero me convencer disso ainda.

No que diz respeito ao financiamento público, eu o considero extremamente importante. A população pode ter dificuldade de entender isso, mas dinheiro público para financiar campanha? Do jeito que está, com financiamento privado, o que nós



temos é uma disputa desigual demais, uns com muita estrutura, outros com pouca estrutura, e isso interfere no resultado das eleições.

Quando nós falamos em financiamento público, eu quero ressaltar a importância do financiamento público exclusivo para a campanha. Não adianta. Se nós tivermos o financiamento público e tivermos o privado também, vai continuar do jeito que está.

Então, eu quero firmar esse posicionamento, que é do meu partido, o PDT, pelo financiamento público exclusivo das campanhas, porque vamos então poder garantir uma disputa igual, na qual todos vão disputar com as mesmas condições.

Uma questão abordada pelo Deputado foi a de que o financiamento público está diretamente ligado à lista fechada. Há uma dúvida, Deputado. Perdoe-me se não conheço ainda a fundo as questões da reforma. Quero perguntar como cidadã representante do povo de Goiás. Por que não o financiamento público com a lista aberta? (*Palmas.*) Se vamos dar ao Presidente do partido o poder de escolher quem vão ser os candidatos, por que não lhe dar a responsabilidade de distribuir os recursos advindos do financiamento público? Ele receberia os recursos e os distribuiria de forma igual a todos os candidatos que forem disputar dentro do partido. Por que não?

Esse é um ponto a esclarecer. Acho que este é o momento oportuno de abordá-lo. Faço esse questionamento com muita humildade, respeitando, claro, o trabalho e as opiniões divergentes, mas é que não consegui juntar em minha cabeça esses pontos. Tenho dificuldade de aprovar a proposta como está.

Quanto à participação das mulheres, acho que não podemos perder o carro da história. Este momento é importantíssimo para que possamos criar mecanismos para que as mulheres estejam mais presentes, principalmente nos Parlamentos. Hoje, somos minoria. É o cenário na maioria dos Parlamentos nos Estados, nos Municípios. É o cenário também na Câmara dos Deputados. Na Assembleia de Goiás, são apenas duas Deputadas.

Quero garantir às mulheres que estão aqui presentes que temos uma bancada feminina forte lá na Câmara, articulada, competente, que trabalha muito. Porém, infelizmente, até por esse processo que há hoje, somos minoria. Não conseguimos resolver isso sozinhas. Por isso é importante que, nesta reforma, as



Deputadas que fazem parte da Comissão possam articular com os homens. Fiquei feliz de ver o Deputado Ronaldo Caiado defender a lista e nela incluir essa questão. É uma equação que eu ainda não consigo resolver, mas é importante que haja Deputadas lá defendendo a presença das mulheres.

Dizem que a lista fechada é a única alternativa. Tento buscar outra opção porque ainda tenho dificuldades com a lista fechada. Acho que temos de discutir mais. Talvez fosse o caso até de criar cotas. Assim como há cotas para negros nas universidades, haveria cotas para as mulheres no que diz respeito às eleições. As mulheres disputariam só entre elas. O Presidente da OAB alegou que isso feriria o princípio da legitimidade da disputa. Mas temos um princípio maior, que é o de lutar pela equidade de gênero dentro dos nossos Parlamentos, o que para nós é muito importante.

Faço essas considerações e desde já reafirmo a todos os presentes, que são representativos, nosso compromisso de trabalhar e de discutir e de ouvir a nossa comunidade. É claro que não vai haver consenso absoluto, mas queremos votar naquela Casa aquilo em que acreditamos, que é o que a nossa comunidade espera.

Quero resumir rapidamente o que a comunidade espera dessa reforma e o que nós políticos esperamos dessa reforma. Acredito que a sociedade espera dessa reforma que a política possa ser mais limpa, possa representar um processo democrático e que realmente mostre a nossa comunidade, dê a nossa comunidade os representantes que espera, para que possam representá-la bem.

O que nós políticos esperamos dessa reforma? Nós políticos, talvez mais do que a sociedade, esperamos que, com ela, possamos ter o respeito do nosso povo, que hoje faz uma generalização por baixo em relação aos políticos. Muitas vezes, nós políticos somos considerados de forma geral como corruptos. Nós políticos queremos ter o respeito da sociedade, queremos estar num local de consideração e respeito em nossa sociedade.

Então, é importante essa discussão. Ficam registradas as minhas palavras e o meu desejo de que a Comissão realize um bom trabalho. Dentro das minhas possibilidades, quero somar, ajudar no que for possível. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço à Deputada Flávia Moraes.



Vou conceder a palavra ao Vereador Eliézer, Presidente da União de Vereadores de Goiás e, logo a seguir, ao Vereador Denício Trindade, autor do requerimento de realização desta sessão nesta Câmara. Após a manifestação do Vereador Denício Trindade, eu falarei também da tribuna.

Com a palavra o Vereador Eliézer Fernandes.

O SR. ELIÉZER FERNANDES - Quero cumprimentar todos os que estão aqui presentes.

Não poderia deixar de mencionar o Presidente desta Comissão, o Deputado Federal Almeida Lima; o Deputado Federal Edinho Araújo; a Deputada Federal Luiza Erundina; os Deputados goianos que estiveram aqui presentes e que, por sua atitude e por todo o seu histórico, conforme temos acompanhado, têm demonstrado mais interesse em discutir a reforma política no Brasil; o Deputado Ronaldo Caiado, que há muito tempo trata desta matéria, e agora também a Deputada Flávia Moraes; o Deputado Rubens Otoni, que é um lutador, um debatedor diário da reforma política, até em seu gabinete, que eu frequento muito em Brasília.

Minha saudação, como Vereador e como Presidente da União de Vereadores de Goiás, que representa 2.275 Vereadores, à Deputada Íris de Araújo, essa mulher guerreira, não por acaso a Deputada Federal mais votada de Goiás, mas que não mediu esforços — nós acompanhamos a questão de perto —, para que hoje a democracia fosse feita aqui em Goiânia, começasse por Goiânia esta série de audiências sobre um tema tão importante, que é a reforma política no Brasil. Deputada Íris, receba os nossos cumprimentos. Estamos acompanhando de perto esse trabalho da Comissão.

Eu cumprimento as muitas autoridades que estiveram aqui presentes: o Presidente da OAB, o Prefeito de Goiânia, o Presidente da Câmara de Goiânia, que, depois de ter exercido tantos cargos ilustres em sua vida política, como os de Senador da República e Ministro, nos honra sendo agora Vereador da nossa cidade, para dar ainda mais dignidade à função de Vereador, tão sofrida e tão calejada, mas que está na base da democracia brasileira.

Esteve também aqui o Dr. José Eliton, Vice-Governador, o Presidente da Associação Goiana dos Municípios, o Márcio, com quem vamos nos reunir hoje ainda para tratar do tema reforma política, para que nós da UVG façamos um



documento, um estudo com os Vereadores, com o Márcio e a diretoria da AGM, com os Prefeitos, a fim de que, ao final, Presidente, a Comissão possa receber de Goiás uma posição dos políticos. Nós temos, sim, grande representação, por estarmos na base, tanto o Prefeito quanto o Vereador. No Brasil, somos hoje 51 mil Vereadores. Na próxima eleição, vamos chegar a 58 mil. Então, é muito importante a participação dos Vereadores nesta reforma política.

E nós vamos participar desse processo, vamos estar presentes o tempo todo, porque, na reforma política, e em todas as reformas, o que se busca é melhorar. Quem reforma a casa quer melhorar a casa. Ninguém reforma algo para piorá-lo. Reforma-se a sala porque se deseja que ela fique melhor. A reforma política tem que visar a mudança da política brasileira para melhor, não para pior.

É nesse sentido que vamos debater e elaborar um documento dos Vereadores de Goiás, dos Prefeitos e encaminhá-lo a esta Comissão, a todos os Deputados Federais, principalmente ao Presidente Almeida Lima, para que esse documento seja avaliado.

Como sou membro da União dos Vereadores do Brasil, também vou inserir na UVB, juntamente com o Presidente Bento, Vereador de Juranda, interior do Paraná, essa discussão em âmbito nacional, para que tenhamos uma pontuação de todos os temas que estão sendo discutidos.

Mas vamos falar rapidamente da reforma política. O que eu mais achei interessante, o mais importante no dia de hoje foi a participação de todos. A palavra foi aberta ao público. Geralmente são feitas conferências pelo País afora, também em Goiás, mas o povo não é ouvido. Os representantes das entidades, os presidentes de partido ficam só para bater palmas. Aqui, hoje, não. Aqui, hoje, todos foram ouvidos, falaram o que quiseram, até sobre temas que não fazem parte da pauta. Todos fizeram uso da palavra, e o Presidente e a Mesa, democraticamente, ouviram. Isso foi o mais importante.

Eu, como Vereador e Presidente da UVG, e o Márcio ficamos muito preocupados, porque achávamos que a Mesa iria se pronunciar, todos bateriam palmas e nós sairíamos daqui sem nada de concreto. O Brasil não precisa disso. Como disse a Deputada Luiza Erundina, nós precisamos aprofundar este tema, porque a reforma política abrange todo o contexto nacional. Quem governa o País



são os políticos. Se vamos reformar a vida dos políticos, acabamos reformando todo o nosso País, o que é fundamental para investirmos no tema central da política.

Eu vou levar essa proposta para os Vereadores e para as regionais, Sr. Presidente. Nós vamos realizar encontros em todo o Estado de Goiás, e eu vou ampliar esses encontros, para que em maio ou junho tenhamos percorrido todo o Estado a fim de elaborar um documento oficial e entregá-lo a esta Comissão.

Porém, preocupa-nos muito que alguns temas sejam lançados e acabem, em algum momento, vingando tanto na elaboração quanto na aprovação da reforma. Nós achamos que é preciso acabar com a suplência de Senador. É um mecanismo antidemocrático e, atualmente, mais do que isso: é uma forma de corrupção.
(Palmas.)

No Brasil de hoje, muitas vezes o Senador coloca o seu suplente para financiar a sua campanha. Foi dito aqui que há um Senador em Goiás cujo nome ninguém sabe. No Brasil inteiro há vários Senadores nessa condição, coisa que precisa acabar. Precisamos, sim, do financiamento público de campanha, mas, como afirmou a Deputada Flávia Moraes, cada vez que vemos falar sobre lista fechada e escutamos certas ponderações, ficamos contra a lista fechada.

O Brasil é transparente, não é um país obscuro. Temos de mostrar aos brasileiros que Prefeitos cumprem seus compromissos, e nós Vereadores fiscalizamos quanto se gasta nos Municípios e até na Câmara de Vereadores. O Vice-Governador conseguiu identificar quem em Goiás é dono dos partidos.

Como será direcionada a lista fechada? Se for aprovado o projeto da lista fechada, vai ser a maior confusão do mundo. Para nós Vereadores é quase uma unanimidade — não é unanimidade porque unanimidade não existe. A Presidente Dilma Rousseff, por exemplo, não foi eleita por unanimidade, nem o Governador Marconi Perillo. Este projeto também não terá unanimidade.

Eu acredito que esta reforma política não será realizada de uma só vez. Imagino que os temas e as situações serão pontuados. Nós temos, sim, que nos debruçar sobre o tema da reforma política, temos nos dedicar a ele.

A propósito, faço uma sugestão, Sr. Presidente. Sugiro que a Comissão da Reforma Política não seja temporária, seja, sim, uma Comissão Permanente. Nós temos de mudar sempre, e mudar para melhor.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço ao Vereador Eliézer Fernandes, Presidente da União de Vereadores de Goiás, a participação.

Vou conceder a palavra ao Vereador Denício Trindade, autor do requerimento, nesta Casa, para a realização desta sessão. Em seguida, passarei a presidência ao Relator, para que eu possa fazer uso da palavra.

Com a palavra o Vereador Denício Trindade.

O SR. DENÍCIO TRINDADE - Bom dia a todos. Para mim é uma honra estar aqui para falar um pouco com todos. Agradeço ao Presidente Almeida Lima e à Deputada Íris de Araújo, que apresentou o requerimento, a oportunidade de Goiás sediar esta audiência pública, de extrema importância. Meus cumprimentos às Deputadas Federais Flávia Moraes e Luiza Erundina, aos Deputados Federais Rubens Otoni e Ronaldo Caiado e ao Sr. Eliézer Fernandes, Presidente da UVG.

Este é um momento histórico para mim. Como disse o Deputado Edinho Araújo, Goiás já fez história naquele movimento político de 1982. Aquele momento extremo das reformas foi importantíssimo. Este momento está sendo também de extrema relevância. Por isso, estou bastante confiante na realização, após 9 anos, dessa reforma. Está sendo uma forma de o povo participar, discutir e mostrar e receber ideias. Isso é importante demais! Com esta audiência, esta Casa se sente honrada com os Vereadores. Está aqui o Vereador Fábio Tokarski. Outros mais passaram por aqui, além do nosso Presidente Iram e do Deputado Estadual Waguinho, que se sente honrado também. Isso é importante para nós.

Sr. Presidente, questão de extrema importância, pouco discutida aqui, que serve para coibir determinadas ações em campanha é o voto facultativo. Penso que a forma de coibir o poder econômico é o voto facultativo. Posso estar equivocado, mas quantas e quantas vezes pessoas iam conversar, debater algumas questões de importância e se surpreendiam com propostas indecorosas que chocavam, e imediatamente ela mudava de ideia ali, no meio do caminho. A partir do momento em que esse voto for facultativo, o cidadão vai sair da sua casa consciente do seu voto e das propostas do seu candidato. Isso é importante. Temos de nos aprofundar nessa questão, porque assim o voto será consciente.



Quanto à questão da coligação na proporcional, discordo do Deputado Fábio Tokarski. Penso que uma forma de fortalecer os partidos é o fim das coligações na proporcional. Essa questão não se justifica.

Falou-se muito na questão das legendas de aluguel. Com todo respeito a várias coligações honestas e transparentes, como a nossa, não é Vereador, que foi formada por PCdoB, PSDC e PMDB, mas vemos coisas que vão além. Há casos de leilões — e não só de aluguel. Ocorrem verdadeiros leilões, ou seja, há o “quem dá mais” numa agenda para coligar com outra. Não podemos aceitar isso, os nossos representantes, os representantes do povo não podem receber determinadas quantias, não podem se vender em troca de pessoas que não representam de fato o cidadão no Congresso Nacional.

Esta a mensagem que deixaria a todos.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Ronaldo Caiado, Sr. Deputado Rubens Otoni, fico feliz pelo fato de V.Exas. nos honrarem com esta conferência aqui em Goiânia. Agradeço a todos por isso. Que de fato este evento seja o ponto inicial. Espero que no dia da votação, possamos estar presente lá, principalmente nós de Goiás, que é vizinho aqui do Congresso Nacional. Fazemos questão de estar presentes lá lutando por essa reforma. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

Passo a Presidência dos trabalho ao Deputado Rubens Otoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - A sugestão será levada em conta certamente, porque estamos ainda aperfeiçoando o sistema. Vejo que avançamos bastante. Hoje tivemos uma demonstração de disposição, de democratização. Ouvimos o máximo possível, mas isso não nos impede de aperfeiçoarmos a questão.

Concedo a palavra ao Deputado Almeida Lima, nosso Presidente da Comissão Especial da Reforma Política, dizendo a S.Exa. da nossa honra de recebê-lo em Goiás e pela sua deferência em dar todo o incentivo para que esta primeira reunião acontecesse em Goiânia.

Darei oportunidade a S.Exa. de fazer a sua exposição com absoluta tranquilidade, pelo tempo que entender necessário. Esperamos que S.Exa. possa inclusive concluir os trabalhos, visto que da parte da Relatoria não há necessidade



alguma de voltar a falar. O nosso papel aqui foi o de ouvir, de receber as sugestões e as ideias. Isso vai certamente nos ajudar na elaboração do relatório final.

Isto posto, passo a palavra a V.Exa. para não apenas expressar a sua opinião, mas, ao final, encerrar esta sessão.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Senhoras e senhores, não preciso dizer, o semblante já esclarece o suficiente a minha alegria e satisfação por este encontro. Posso antecipar dizendo que o objetivo foi plenamente alcançado, sobretudo porque tivemos condições de ouvir a plenária da forma mais expressiva possível.

Quando o meu partido, o PMDB, me convidou para, em nome do partido, disputar a Presidência desta Comissão, eu indaguei: *“Por que não a relatoria? Eu me sentiria mais a vontade como Relator, até pelo desejo do debate”*. E me disseram: *“Não, mas como Presidente, V.Exa. vai poder também debater”*. Eu não aceitaria a Presidência se eu não tivesse o direito de, como membro, transferir a Presidência e vir para tribuna, até porque esse para mim é um tema extremamente importante. E não apenas essa reforma político-eleitoral e partidária — e gostaria que ela fosse ampla assim —, mas sobretudo uma outra reforma política que acho mais importante até do que esta: a reforma política do Estado brasileiro. Ou seja, aquele que vai mexer com os aspectos da Federação, conforme definido no art. 1º da Constituição. Mas, na verdade, o nosso País, embora assim definido, não constitui verdadeira Federação, diante da concentração de poderes exclusivamente na União. Há necessidade da descentralização para Estados e Municípios para os Legislativos Estaduais e Municipais, e assim por diante.

Mas vamos nos prender ao tema.

Gostaria de dizer o seguinte. É evidente que há, não diria consenso, mas encaminhamento para alguns consensos. Primeiro, do ponto de vista da coincidência das eleições e dos mandatos, votando-se inclusive uma PEC para a coincidência das eleições dos mandatos para os próximos Prefeitos e Vereadores, transitoriamente só para a próxima eleição, num mandado de 2 anos ou de 6 anos, para igualar as eleições em 2014. Eu particularmente não concordo. Concordo com o mandato de 6 anos para 2018.



Há basicamente um consenso ou quase consenso para se acabar com as coligações. Há um consenso ou quase consenso também para a mudança do atual sistema eleitoral, que é o proporcional em lista aberta, com coligações. Difícil está sendo construir um outro, mas acabar com esse que aí está não vejo maiores dificuldades. O problema é a substituição: se por um sistema majoritário ou por um sistema proporcional. Se majoritário, distrital ou distritão; se proporcional em lista fechada, preordenada ou em lista aberta. Os sucedâneos são os sistemas mistos.

Quanto ao financiamento e quando à questão do voto facultativo, o Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em conferência conosco, mostrou claramente que o voto facultativo basicamente já existe no País, porque o cidadão não comparece para votar, recebe uma multa, justifica, não paga a multa e, quando não justifica, a multa é em torno de 2 a 3 reais. Portanto, o voto já é basicamente facultativo.

Não compreendo também a suplência de Senador como está. Para mim, opinião pessoal, suplente de Senador é o mais votado não eleito.

Fidelidade partidária. Não é possível ao partido ser uma camisa de força. A fidelidade é necessária, é importante, mas é preciso que, seis meses antes das eleições, deem-se oportunidade para que o cidadão possa mudar de partido de acordo com a sua consciência.

Aliás, Raul Seixas já dizia: *“Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante a ter aquela velha opinião formada sobre tudo”*. Viver a vida toda num mesmo partido político... Não vejo isso nem nos casais. Não sei por que esse casamento eterno. Não existe essa possibilidade. Portanto, é da natureza humana.

Mas há realmente um ponto que considero mais importante.

Por que fazer a reforma política? Porque a sociedade está cobrando a reforma política. Existe uma Comissão de Reforma Política. O Congresso Nacional está querendo fazer a reforma política por deleite pessoal? Não. É evidente que eu não sou daqueles que acham que a Casa deve ser derrubada completamente. Eu só quero derrubar alguns cômodos que não estão bem e fazer a reforma daquilo que, no meu entender, não serve. Mas não serve a quem? A mim? Aí é onde está a questão. Aos políticos? Eu acho que ninguém deseja um Estado totalitário, uma



ditadura. Que sirva à democracia. Mas como é que a democracia se manifesta? Pela vontade dos dirigentes, ou pela vontade do povo? É pela vontade do povo.

Daí eu devo dizer que fizemos a opção pelas plenárias, pelo debate, porque eu acredito, tenho fé que alguns dos temas, dois ou três, possam ser definidos através de plebiscito. Por que razão? Porque é natural ao cidadão, à pessoa, aos animais irracionais, até aos vegetais a busca da sobrevivência. E é normal que o Parlamentar, o Deputado ou o Senador não queira votar aquilo que vai ser prejudicial a ele. Então não vejo legitimidade no Senador e no Deputado para votar, por exemplo, sistema eleitoral. Eu acho que quem tem que decidir sobre sistema eleitoral é o povo. O povo é que, através de plebiscito, tem que dizer qual é o sistema que serve. Por que razão? Porque é pressuposto para a democracia o respeito à vontade do povo.

Há um princípio aqui num parágrafo único da Constituição que não é princípio só da Constituição brasileira, é princípio basilar da democracia: “*O poder emana do povo.*” É o povo que tem que decidir questões que o Parlamento não tem legitimidade para fazer. E a Deputada Luiza Erundina tem razão: precisamos ampliar os instrumentos da democracia direta. Hoje a Constituição prevê, no art. 14, plebiscito, referendo, iniciativa popular. E existem de fato? Coisa nenhuma. Só existe plebiscito se o Congresso assim desejar. E por que não há iniciativa popular para o plebiscito, um número de assinaturas para o plebiscito? “*Nós, povo, desejamos um plebiscito acerca desse assunto ou daquele assunto*”, poderiam dizer. É isso que eu defendo.

Por esta razão, eu quero fazer aqui a defesa do financiamento público. Não que este, na minha opinião, seja o único. Mas quero também fazer a defesa do voto majoritário na circunscrição que alguns apelidam de distritão. E quero condenar aqui, publicamente, o voto em lista preordenada. Eu acho que nós temos que ter a responsabilidade, sobretudo porque somos homens e mulheres públicos — exercemos um mandato —, e a clareza de mostrar a nossa cara. Parabéns, Deputado Ronaldo Caiado. V.Exa. chegou aqui e disse exatamente aquilo que defende. Não dá para se esconder. Não se pode esconder. Então eu venho aqui exatamente para externar a minha opinião.

Ora, o parágrafo único do art. 1º diz:



"Art. 1º.

Parágrafo único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos..."

Representantes eleitos.

O art. 14 diz:

"Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto..."

Por esses dois dispositivos eu, pelo menos, levanto a tese da inconstitucionalidade da lista fechada preordenada. (*Palmas.*) Primeiro, porque o poder emana do povo que o exerce diretamente ou por meio de seus representantes, e esses representantes devem ser eleitos diretamente. E eleger representantes direto... Representante não é partido. Na Câmara dos Deputados, em nenhuma daquelas 513 cadeiras, há lista reservada ao partido A, nem ao partido B, nem ao partido C. Representante não é partido, representante é o cidadão que recebeu o mandato, a procuração do povo para ir representá-lo. Este precisa ser eleito diretamente. Essa é uma tese jurídica que deverá ser defendida.

Mas quero ir a uma outra questão que diz respeito a esta. As pessoas falam da necessidade do fortalecimento dos partidos. Em primeiro lugar, quero fazer aí uma interrogação para que sirva de reflexão. Não tenho vontade de incendiar a plenária, mas quero deixar essa reflexão. Será que os partidos no Brasil e no mundo são tão essenciais à democracia como dizem? Diante da necessidade de fortalecer partido, eleitor e cidadão, eu prefiro fortalecer o cidadão e não o partido.

Em 1913, e aqui foi referida a presença de um sociólogo alemão Robert Michels, que produziu uma frase belíssima. Referindo-se aos partidos políticos disse: *"Os partidos políticos são, na verdade, a lei de ferro das oligarquias"*. E escreveu uma obra magnífica: *Sociologia dos Partidos Políticos*.

Mas vejo, como necessário o fortalecimento dos partidos políticos. Vejo o partido como parte de um todo. Aquela parte que agrega um programa, que elege um programa em defesa da sociedade, e que pretende chegar ao poder para tocar, para executar aquele programa.

Então, acho que o partido político se fortalece com um programa que se afine com os interesses sociais, com a vontade popular.



O PMDB é o meu partido, foi um partido fortalecido porque tinha programas e bandeiras quando defendia as liberdades democráticas. Acabamos a ditadura e o meu partido pegou as bandeiras e as jogou pelo chão, pela sarjeta, pelas calçadas, e ficaram aí largadas, e o partido se enfraqueceu, apesar da estrutura que tem, da capilaridade que tem no País inteiro.

Mas o Partido dos Trabalhadores surgiu e se fortaleceu pelas bandeiras, adquiriu capilaridade. Eu falei do PMDB, do meu partido. Agora, vou falar do PT, que perde também essa força exatamente pela negação de várias de suas bandeiras.

Então, quando as pessoas falam que é preciso fortalecer os partidos, eu defendo o fortalecimento dos partidos. Os partidos têm que ter fisionomia popular, têm que defender aquela parte para a qual foi constituído. Isto é, o programa. Ele deve ter um programa claro, definido, que o povo conheça e que adira a ele.

Porque quando a gente se filia, tem lá uma ficha de filiação que, no verso, diz: *"Declaro que aceito e que concordo com o programa do partido"*. E fortalece-se esse partido com a fidelidade partidária. Eu me elegi por esse partido? Eu tenho que cumprir o programa do partido. Porque, quando eu me apresento à sociedade como candidato, eu me apresento com as minhas ideias e o somatório do programa partidário. Se o partido fosse um partido verdadeiro, fortalecido, com um programa claro, ele estaria se comprometendo com o eleitorado pelas suas ideias e pelo programa do partido. Então, a fidelidade partidária é necessária. É preciso que se diga: *"Seis meses antes da eleição, você tem o direito de fazer uma outra opção"*, e o fechamento de questão. Se o partido, de forma declarada, no programa, defende o aborto — o projeto do aborto tramita na Câmara —, o que o partido tem que fazer é fechar questão. O partido tem que fechar questão e obrigar, sob pena de expulsão, o Parlamentar que não vota de acordo com o programa, porque ele assinou, ele declarou que concordava com o programa do partido.

Então eu vejo que elementos de fortalecimento do partido são esses. Mas tirar do povo o direito de escolher o seu representante... Sim, porque, se o povo vota num partido, não é o partido que vai se sentar na cadeira do Congresso. Quem vai se sentar é o cidadão.

E se eu disser aos senhores que no Brasil nós já operamos com o distrito, com o voto majoritário na circunscrição? Deputado Ronaldo Caiado, o Brasil já adota



o distritão. Outro dia eu ouvi na Comissão alguém dizer que o distritão é adotado apenas pelo Afeganistão e por mais dois países exóticos. Eu digo que o Brasil adota o distritão. E é o único sistema com o qual o povo brasileiro está satisfeito — não ouvi fazerem críticas — e com o qual a classe política está satisfeita e não pediu para mudar. Ou o Brasil não opera com o distritão?

Vamos definir, então. O que é o voto majoritário na circunscrição? Circunscrição é exatamente os limites territoriais onde acontece uma eleição. No Município, são os limites do Município. Se a eleição é estadual, no Estado. Se a eleição é nacional, no território nacional. E o voto é majoritário. Aquele que tem mais votos ganha. Não é proporcional. É majoritário. Como se elege Prefeito, Governador e Presidente da República? Não é no distritão? Não é no voto majoritário, na circunscrição? Mas alguém pode dizer: *“Deputado, mas aí é para o Poder Executivo”*. Alto lá! Como se elege Senador? Como se elege Senador da República? É proporcional? Não. É majoritário, no distrito. O distrito é o Estado. Esse é o sistema que as pessoas nem sabem que o Brasil usa porque estão confortáveis com ele. Por que mudar isso? *“Ah, entendi. Distritão só não serve para Vereador, Deputado Estadual e Federal. Serve para os outros. Só não serve para esses três”*. Eu vejo a defesa da lista fechada preordenada com todo o respeito às boas intenções de um cidadão para mim honrado, respeitável, de um político decente, digno, até porque aqui o debate é de ideias. É assim que eu vejo o Deputado Ronaldo Caiado. O debate aqui é meramente de ideias. E o vejo defender essa tese com o melhor dos propósitos. Não estou me utilizando de ironia. Não gosto muito de ironia, embora Voltaire a tenha definido como a melhor arma da dialética, do debate. Gosto mais do argumento, certamente em razão de minha formação acadêmica — sou bacharel em Direito.

Mas digo às senhoras e aos senhores que a resultante da lista fechada preordenada, entre outras, tem a ver com quem está no poder no País — no caso, o Partido dos Trabalhadores.

Ontem foi o PSDB e amanhã poderá ser o meu partido, o PMDB. Hoje o PT é que está no poder. A lista fechada é assim. O Partido dos Trabalhadores está no poder. Se o PMDB tivesse eleito o Presidente da República, seria o PMDB que, do mesmo jeito, faria a sua lista preordenada e a dos outros partidos. Alguém tem



dúvida disso? Vejam: eu me referi ao PT porque ele está no poder. Amanhã, se for o PMDB, vai fazer do mesmo jeito! Fernando Henrique Cardoso fez aprovar a reeleição porque estava no poder. E eu lamento, porque Aécio Neves, ex-Presidente da Câmara, que votou pela reeleição, que se reelegeu em Minas Gerais, hoje é contra a reeleição. Que coisa bonita! Eu não faço isso em hipótese nenhuma. Considerando-se o sistema da lista fechada preordenada, digamos que a eleição se realize no dia 3 de outubro. Não vai acontecer nada, não haverá ânimo nenhum. Por quê? Porque a eleição vai ser no dia da convenção. E lá nós não temos, pela legislação atual, nem TRE perto. Preparem milhares e milhares de recursos para o mês de julho. Chegaremos às eleições, no mês de outubro, sem julgar os recursos das convenções. Isso se não for necessário convocar as Forças Armadas, porque os mandatos serão decididos ali.

Lembro-me de que — meu pai já foi dono de boteco e já vendi engradados, caixas de cerveja — quando o Brasil não tinha uma indústria de bebidas pujante como hoje, no carnaval, pela maior demanda, faltava cerveja. Foi aí que os comerciantes inventaram a chamada venda casada. No carnaval, a cerveja era produto de primeira necessidade, mas o refrigerante, não. Aí o comerciante dizia: “Não, eu não tenho, mas posso lhe entregar uma caixa de cerveja se você comprar três de refrigerante”. É a chamada venda casada, que o Código de Defesa do Consumidor proíbe.

Então essa história de se dizer — Deputada Flávia Moraes, fique tranquila — que financiamento público de campanha só se adequa à lista fechada preordenada... Não! Ou seja, financiamento público é produto de primeira necessidade. O subproduto que querem vender casado com ele é a lista fechada preordenada. (*Palmas.*) Esse é o subproduto. A lei do consumidor já proíbe isso.

Ora, lista fechada preordenada com financiamento público. Vamos raciocinar. O dinheiro vai para o partido, que contrata e paga os marqueteiros, diretores, produtores, os programas de televisão e de rádio.

O partido tem a lista e prepara os impressos — panfletos, todo o material de propaganda, de divulgação do seu programa, das suas teses —, contrata todo o material gráfico e o distribui. O partido contrata ou compra os carros de som, a estrutura para os comícios. Ao final, quem presta contas? O partido. O candidato



pegou em dinheiro? Não, foi o partido. Houve a relação promíscua entre o candidato e a empresa? Não, porque o financiamento é público.

Quem usa a televisão? Os dirigentes, os candidatos que estão na lista. A eleição é proporcional para Vereador e Deputados Estadual e Federal, até porque, para Senador, Governador, Prefeito e Presidente, é “distritão”. Não se esqueçam disso. Quem vai distribuir os impressos? A militância do partido, os candidatos, os dirigentes. Quem vai falar nos comícios? Os dirigentes, os candidatos que compõem a lista. Esse é o modelo de lista fechada preordenada com financiamento público.

Segundo: “distritão” ou voto majoritário na circunscrição com financiamento público. O dinheiro vai para o partido, não para o candidato. O partido pega o dinheiro e contrata, do mesmo jeito, programas de televisão, dos quais todos os candidatos participam, Deputada Flávia Moraes. O partido elabora, com a opinião dos seus filiados e candidatos, todo o material impresso e o distribui para todos os candidatos. O candidato não pegou em dinheiro.

O partido contrata, compra os carros de som e distribui o material com os seus dirigentes, com a sua militância, com os seus quadros e com os candidatos. Não se pegou em dinheiro. Ao final, o partido presta contas. O candidato, por lei, está proibido de realizar gastos, de abrir conta, de buscar financiamento, de usar dinheiro. Qual é a dificuldade? Qual é o problema de contabilidade, de uso, de gasto? Nenhum. Proíbe-se o candidato de fazer tudo isso.

Mas alguém pode dizer: *“Vamos ver um sistema misto de financiamento: público e privado”*. Pronto. Financiamento público para os gastos comuns a todos e financiamento privado para... Mas o candidato não pode mais receber dinheiro. Ótimo. Eu, particularmente, não defendo o financiamento privado, nem o que se destina diretamente ao partido. Mas é uma alternativa.

Caso se diga: *“financiamento público não, porque dinheiro público da saúde, da educação, da segurança não pode ir para panfleto, carro de som, programa de televisão, campanha eleitoral”*. Pode-se evoluir e eliminar essa hipótese da promiscuidade entre candidato e empresário. Pronto: não se faz mais financiamento para candidato, o candidato não se autoriza mais o candidato a realizar despesa nem a pedir dinheiro. As empresas e pessoas físicas, do mesmo jeito que se faz hoje, doam ao partido, que opera a eleição de todos.



Portanto, não obstante as boas intenções de quem defende outras ideias — o debate é bom por isso, e é preciso que ele seja amplo —, tenho certeza de que os presentes que defendem o “distritão”, com as palavras do Deputado Ronaldo Caiado, vão sair daqui com uma interrogação. E os que defendem a lista fechada preordenada, com as minhas palavras, sem falsa modéstia, também vão sair daqui com uma interrogação. Vão, pelo menos, pensar. Daí a necessidade do aprofundamento do debate.

Eu quero dizer a vocês que fiquei apaixonado por Goiânia (*palmas*) e pelo povo de Goiás.

Agradeço plenamente e tenho certeza de que cumprimos nosso objetivo.

Muito grato. (*Palmas.*)